



Universidade Federal de Uberlândia

Faculdade de Ciências Integradas do Pontal

FACIP

**Projeto Pedagógico do Curso de
Graduação em Engenharia de Produção**

ÍNDICE

I – Identificação	3
II – Endereços	3
III – Apresentação	4
IV – Justificativa.....	5
V - Princípios e fundamentos	7
VI – Caracterização do egresso	9
VII - Objetivos do curso	10
VIII – Estrutura curricular	11
A. Núcleo de Formação Básica	12
B. Núcleo de Formação Profissionalizante	13
C. Núcleo de Formação Específica.....	15
Optativas.....	15
D. Atividades Acadêmicas Complementares	16
E. Fluxo Curricular	17
F. Quadro-Síntese da Estrutura Curricular	21
G. Relação dos Laboratórios	21
IX – Diretrizes gerais para o desenvolvimento metodológico do ensino	23
X – As diretrizes para os processos de avaliação da aprendizagem e do curso	24
A. Avaliação da aprendizagem dos estudantes.....	24
B. Avaliação do curso.....	25
XI – Duração mínima e máxima de integralização.	26
ANEXO 1	27
Histórico da Criação do <i>Campus</i> do Pontal - FACIP	36
ANEXO 2	43
ANEXO 3	46
ANEXO 4	52

I – Identificação

- Denominação do curso: Graduação em Engenharia de Produção
- Modalidades oferecidas: Bacharelado
- Titulações conferidas: Bacharel em Engenharia de Produção
- Ano de início de funcionamento do curso: 2010
- Duração do curso:
 - Duração mínima: 5 anos
 - Duração máxima: 6 anos
- Documento de criação do curso: Resolução Número 17/2009 do Conselho Universitário da UFU.
- Regime acadêmico: semestral com ingresso semestral.
- Turno de ofertas: integral.
- Número de vagas oferecidas: 44 por semestre.

II – Endereços

- Da instituição
Universidade Federal de Uberlândia – UFU – Reitoria
Av. João Naves de Ávila, 2121 – Campus Santa Mônica
Uberlândia/MG – CEP 38.400-902
- Da Unidade Acadêmica:
FACIP – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal
Av. José João Dib - nº 2545
Bairro Progresso – CEP 38302-000 - Ituiutaba – MG
- Do curso:
Curso de Graduação em Engenharia de Produção
Av. José João Dib - nº 2545
Bairro Progresso – CEP 38302-000 - Ituiutaba – MG

III – Apresentação

O Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Engenharia de Produção da FACIP-UFU foi elaborado por uma comissão de docentes desta Unidade, a saber, Edu Barbosa Arruda, Germano Abud Rezende, Milton Taidi Sonoda e Antonio Justino Ruas Madureira. Este Projeto enquadra-se na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996), que trata das finalidades da educação superior. Este trabalho atende também às Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Engenharia (Resoluções CNE/CES nº 11/02 e CNE/CES nº 02/07); e às Orientações Gerais para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação, desenvolvidas segundo a resolução 02/2004 do Conselho de Graduação desta Universidade.

Como se sabe, o Engenheiro de Produção é um dos poucos profissionais que trata os problemas de forma global e não fragmentada, e que:

“Compete à Engenharia de Produção o projeto, a modelagem, a implantação, a operação, a manutenção e a melhoria de sistemas produtivos integrados de bens e serviços, envolvendo homens, recursos financeiros e materiais, tecnologia, informação e energia. Compete ainda especificar, prever e avaliar os resultados obtidos destes sistemas para a sociedade e o meio ambiente, recorrendo a conhecimentos especializados da matemática, física, ciências humanas e sociais, conjuntamente com os princípios e métodos de análise e projeto da engenharia.” (Associação Brasileira de Engenharia de Produção - ABEPRO).

Neste espírito genuinamente interdisciplinar, ao estudante de Engenharia de Produção são lecionadas disciplinas comuns à área de Ciências Exatas e Naturais, disciplinas de conteúdo tecnológicas, comuns a quase todos os cursos de engenharia, bem como temas voltados às áreas de Administração, Economia e Contabilidade. Desta forma, o curso de Engenharia de Produção requer um Projeto Político-Pedagógico com uma imensa articulação entre as disciplinas dos diferentes cursos envolvidos. Além disso, é imprescindível uma articulação entre pesquisa, ensino e extensão, integrando os seus diversos aspectos na formação do futuro profissional de Engenharia de Produção.

Ao longo do processo de elaboração deste projeto procurou-se a interlocução com os docentes dos cursos que ministrarão disciplinas para a Graduação em Engenharia de Produção, pois a Comissão entende que o perfil do profissional egresso é de responsabilidade de todo os cursos envolvidos. Desta forma, este projeto representa um compromisso assumido entre estes cursos.

Este projeto também almeja proporcionar uma formação geral no que se refere aos conteúdos básicos, específicos e profissionalizantes, buscando desenvolver competências com

as quais os profissionais formados tenham subsídios para discutir e assimilar as informações e, além disso, saber servir-se desses conhecimentos em contextos pertinentes. Ele também pretende fornecer elementos para que este profissional, ao concluir essa etapa de sua formação, possa continuar estudando em níveis superiores, ou, se caso desejar parar nesta etapa, que os conhecimentos construídos até então possam ser suficientes para o exercício de atividades relacionadas à Engenharia de Produção.

Além disso, o projeto busca privilegiar trabalhos coletivos, com vistas à superação da dicotomia teoria-prática. Nessa perspectiva, pretende-se construir um Curso de Graduação em Engenharia de Produção de forma coesa, desenvolvendo atividades articuladas entre as disciplinas dos cursos envolvidos, possibilitando a formação de um profissional crítico, criativo e ético, comprometido com a realidade social em que vive.

Este projeto foi elaborado não somente como um instrumento de intervenção pedagógica, mas, ao mesmo tempo, político, na medida em que se articula o estabelecimento de um perfil para o curso, onde sua abrangência está relacionada com a realidade regional no qual se desenvolve. O processo de implantação deste projeto iniciará a partir de março de 2010, quando do ingresso dos primeiros alunos do Curso de Bacharelado em Engenharia de Produção.

IV – Justificativa

O Curso de Engenharia de Produção no Campus do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) visa a formação de profissionais capacitados para atender à constante evolução do sofisticado mercado produtivo atual no que se refere às exigências por qualidade, produtividade e lucratividade, proporcionando e viabilizando novas condições para o avanço industrial e de serviços no Estado de Minas Gerais e nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

A necessidade de organizar e administrar sistemas de produção industrial cada vez mais complexos iniciou, a partir do século XIX, o desenvolvimento da Engenharia de Produção. Embora sua origem como área de engenharia tenha ocorrido na Engenharia Mecânica, foi observado na década de 70 que os conceitos e métodos próprios da Engenharia de Produção avançaram, tornando-se independentes de qualquer área tecnológica, sendo hoje aplicados a todas as engenharias. A Engenharia de Produção abrange um vasto campo de atuação, predominando quatro grandes áreas: Engenharia do Trabalho e Produto, Projeto e Engenharia Industrial, Gerência da Produção e Pesquisa Operacional.

A complexidade das organizações e de suas relações com o mundo exterior teve como resultado o aumento na demanda por diversos sistemas e métodos de tomada de decisão nos

planos estratégico e operacional cujo desenvolvimento, em todo o mundo, está associado à área de Engenharia de Produção. As aplicações dos métodos dessa área do conhecimento são hoje mundialmente reconhecidas como fundamentais para o sucesso competitivo das organizações, tendo sido constantemente mencionadas como fator de grande importância no crescimento ou decadência de empresas e economias nacionais.

Outro fator relevante para o sucesso da Engenharia de Produção se deve à queda progressiva das barreiras econômicas, o que vem exigindo das empresas um alto grau de competitividade, possível de ser atingido somente através da redução dos custos, organização, aumento da qualidade dos produtos e serviços e um alto grau de flexibilidade e reação rápida a um mercado global e dinâmico. O cumprimento dessas metas exige maior qualificação do pessoal produtivo e gerencial. No País, os Engenheiros de Produção vêm realizando, sobretudo, a implantação de novos padrões da qualidade e produtividade em todas as atividades industriais, agrícolas e comerciais, além de governamentais, sendo indispensável que sua atuação seja regida pela consciência da necessidade de criar um mundo sustentável. Neste contexto, o Engenheiro de Produção será peça fundamental no desenvolvimento de novos sistemas produtivos em todos os ramos da atividade econômica e empresarial. Além disso, terá papel importante no apoio à capacitação, treinamento, formação, consultoria especializada e outros meios de relação com a produção de bens e serviços locais.

De acordo com o documento "Engenharia de Produção: grande área e diretrizes curriculares" elaborado pela Associação Brasileira de Engenharia de Produção - ABEPRO (04/1998) existe uma forte valorização dos profissionais egressos de cursos de Engenharia de Produção, devido a sua capacidade de identificar, formular e solucionar problemas ligados às atividades de projeto, operação e gerenciamento do trabalho e de sistemas de produção de bens e/ou serviços, considerando seus aspectos econômicos, sociais e ambientais, com visão ética e humanística. O curso de Engenharia de Produção proporciona formação básica em engenharia, profissionalizante em produção.

Diante desses fatores e considerando a infra-estrutura existente, a experiência e o reconhecimento nacional em áreas relacionadas aos setores agrário, biomédico e tecnológico, a Universidade Federal de Uberlândia criou em 2009, no Campus do Pontal (Ituiutaba-MG), o curso de Engenharia de Produção. Nesse Campus já são oferecidos cursos de licenciatura e bacharelado nas áreas de exatas e humanas, que propiciaram todo suporte necessário para a formação básica dos profissionais de Engenharia de Produção.

Localizada na região do Pontal do Triângulo Mineiro, Ituiutaba é uma cidade situada em uma posição estratégica no estado de Minas Gerais, haja vista a sua proximidade com as

divisas com os estados de Goiás (ao norte), São Paulo (ao sul) e com Mato Grosso (a oeste), uma região fortemente industrializada. Além disso, a região do Triângulo Mineiro é caracterizada pela expressiva produção agroindustrial, composto por um diversificado parque industrial em que se destacam as indústrias de tecnologia mineral, de manufatura, alimentícia e empresas de distribuição de produtos industrializados diversos, ou seja, setores exigentes em mão de obra qualificada para os setores de logística, gerência, otimização e controle de produção que devem absorver os profissionais formados em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Uberlândia – Campus do Pontal. Não obstante, a presença do curso de Engenharia de Produção em Ituiutaba terá impactos positivos para a economia da região, uma vez que desde os projetos de agricultura familiar, microempresas e toda vasta diversidade de pequenos negócios da região podem ser assessoradas pelos profissionais em questão. Para tanto, os alunos do curso poderão participar de diversos projetos de extensão junto à comunidade local, bem como prestar serviços de consultoria por meio de empresa júnior e projetos no âmbito social.

A criação desse curso em Ituiutaba se deve a diversos fatores relevantes, como a sua não existência na matriz, situada em Uberlândia-MG. Além do mais, a instituição conta com material humano qualificado e capaz de proporcionar a formação de Engenheiros de Produção capacitados para atuar nos mais variados ramos industriais. Além disso, o curso de Engenharia de Produção oferecido por uma instituição de ensino gratuita e de qualidade mais próximo, no Estado de Minas Gerais, fica em Belo Horizonte, sendo ministrado pela UFMG. A Universidade Federal de Uberlândia, Campus do Pontal, formará profissionais com conhecimentos específicos em Logística, Pesquisa Operacional, Processamento de Produtos Agroindustriais bem como conceitos gerenciais de Mercado, Economia e Administração. Assim sendo, o Engenheiro de Produção estará habilitado a atuar na cadeia industrial, sendo capaz de contextualizar os conhecimentos da Economia, Administração e Engenharia Industrial e compreender o conjunto gestão-produção.

V - Princípios e fundamentos

As Diretrizes Curriculares Nacionais que orientam a elaboração do projeto pedagógico do curso enfatizam a necessidade de se adotar uma nova abordagem para a formação do profissional, uma vez que a sociedade, hoje tão competitiva, demanda por profissionais flexíveis e com capacidade de adaptação às novas realidades. O mundo globalizado exige não

somente rapidez na interpretação geral dos problemas, mas também capacidade para a análise crítica, criatividade, adaptabilidade às situações inusitadas, iniciativa para a realização de pesquisa, relacionamento cooperativo e integrado, com vistas a aprimorar a qualidade de vida dos cidadãos.

O Curso de Graduação em Engenharia de Produção deve ser estruturado de forma a permitir que os egressos adquiram habilidades e competências que o mundo globalizado vem exigindo. Além disso, o curso deve facilitar e promover o processo de compreensão do meio sócio-econômico, histórico-cultural e político destes egressos, os quais serão importantes agentes na formação de cidadãos.

O curso tem a sua estrutura organizada com base nos seguintes princípios:

- Liberdade acadêmica e autonomia universitária, para que se dê cumprimento à função social da universidade através do ensino e pesquisa de qualidade e a extensão a favor do desenvolvimento dos sujeitos e da sociedade como um todo;
- Estímulo às atividades que socializam o conhecimento produzido pelo corpo docente e pelos discentes, afirmando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Adoção de princípios éticos que promovam o respeito à pluralidade de pensamento no compromisso com as finalidades da educação e com os objetivos da instituição, privilegiando-os em detrimento de interesses particulares, individuais ou de grupos;
- Interação permanente com a sociedade, com o mundo do trabalho e com as demandas sociais de formação profissional, cumprindo, com isto, a função social da universidade;
- Sólida formação teórica e rigoroso trato-prático no campo em que se constituem os saberes da docência e da pesquisa. Com isto, garante-se a qualidade do ensino, a atualização dos conhecimentos e sua discussão contextualizada, como um meio para a formação de atitudes científicas diante do conhecimento e do pensamento crítico;
- Flexibilidade curricular para desenvolvimento de competências e habilidades que levem o aluno a procurar, interpretar, analisar e selecionar informações, identificar problemas relevantes, realizar diagnósticos, experimentos e projetos de pesquisa teóricos e/ou experimentais, utilizando suporte teórico e/ou experimental adequados;
- Estímulo às atividades complementares, destacando-se, por exemplo, a iniciação científica, extensão, monitoria e participação em eventos acadêmicos científicos e culturais;

- Desenvolvimento de uma prática de avaliação diagnóstica do aprendizado dos estudantes, e uma prática de avaliação sistemática do Projeto Pedagógico.

VI – Caracterização do egresso

O engenheiro, seja qual for sua área de atuação, deve ser um profissional que, apoiado em conhecimentos sólidos e atualizados em engenharia de produção, seja capaz de abordar e tratar problemas novos e tradicionais e que esteja sempre preocupado em buscar novas formas do saber e do fazer científico e/ou tecnológico. Em todas as suas atividades, a atitude de investigação deve estar sempre presente, embora associada a diferentes formas e objetivos de trabalho. O engenheiro de produção deverá também ser conhecedor do método científico, utilizando-se deste método na busca da verdade científica, de maneira ética e com perseverança, estando preparado para enfrentar novos desafios e buscar soluções de problemas, de forma criativa e com iniciativa. O engenheiro de produção deverá ainda ser capaz de contextualizar sua atuação dentro de sua realidade sócio-econômico, histórico-cultural e política, qualidade esta necessária a um profissional que venha a atuar como agente transformador da sociedade.

Em sua atuação, além do perfil mencionado acima, o engenheiro de produção deverá ser capaz de:

- Ser crítico, criativo, participativo e ético no desempenho de suas atividades;
- Desenvolver uma ética de atuação profissional e a conseqüente responsabilidade político-social, compreendendo a Engenharia como ferramenta de transformação da sociedade;
- Dimensionar e integrar recursos físicos, humanos e financeiros a fim de produzir, com eficiência e ao menor custo, considerando a possibilidade de melhorias contínuas nos sistemas organizacionais;
- Manter-se atualizado quanto os avanços tecnológicos, disponibilizando-as como ferramenta de trabalho;
- Utilizar métodos científicos, além de conhecimento prático para modelar sistemas de produção e auxiliar na tomada de decisões;

- Deverá ser capaz projetar, implementar e aperfeiçoar sistemas, produtos e processos, levando em consideração a legislação pertinente, e os aspectos socioeconômicos e ambientais;
- Prever e analisar demandas, projetando produtos e processos, ou melhorando suas características e funcionalidades;
- Incorporar conceitos e técnicas de qualidade em todo o sistema de produção, produzindo normas e procedimentos de controle e auditoria;
- Conjuguar os sistemas de produção com o meio ambiente, de forma ética e responsável, tanto no que se refere à utilização de recursos naturais quanto à disposição final de resíduos;
- Avaliar a viabilidade econômica e financeira de projetos, aplicando métodos científicos qualitativos e quantitativos;

VII - Objetivos do curso

O objetivo geral do curso de Engenharia de Produção do campus do Pontal da UFU é formar profissionais capazes de desenvolver o projeto, a implantação, a operação, a melhoria, e a manutenção de sistemas produtivos integrados, e bens e serviços, de maneira sistêmica. Para tanto, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos:

- Fornecer uma sólida formação teórica e prática em engenharia de produção, que permita construir relações com o conhecimento, que levem ao efetivo domínio de seus fundamentos;
- Propiciar, através de instrumentos adequados, a obtenção dos conhecimentos científicos necessários para a interpretação crítica e objetiva das realidades vivenciadas na atuação profissional, assim como, a capacidade de intervenção nessa realidade;
- Estimular o desenvolvimento humano do estudante, a fim de compreender a importância do exercício profissional como um instrumento de promoção de transformações social, política, econômica, cultural e ambiental;
- Aprimorar valores éticos e humanísticos fundamentais ao exercício profissional, tais como a solidariedade, o respeito à vida humana, a convivência com a pluralidade e a diversidade de pensamento;

- Dotar o estudante de visão sistêmica, a fim de torná-lo um profissional capacitado para solucionar problemas de engenharia nos diversos setores da produção;
- Promover atividades integradas à pesquisa, ensino e a extensão no sentido de estimular o pensamento criativo-crítico-reflexivo;
- Estimular a investigação científico-tecnológica por meio de iniciação científica;
- Despertar o espírito empreendedor do estudante, estimulando-o a participar de projetos inovadores e a desenvolver visão crítica para percepção de oportunidades de negócio;
- Estimular o relacionamento com empresas mediante estágios e intercâmbios acadêmicos;

VIII – Estrutura curricular

Conforme a Resolução Nº 2, de 18 de junho de 2007 do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior (Resolução 02/07 do CNE/CES), a carga horária total mínima para o curso de Engenharia é de 3600 horas, devendo ser integralizada em no mínimo 5 anos. O curso de Engenharia de Produção da FACIP/UFU possui carga horária mínima de 3760 horas distribuídas em 5 anos.

Seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia, estabelecidas na Resolução N 11º do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior de 11 de março de 2002 (Resolução 11/02 do CNE/CES), a estrutura curricular do Curso de Engenharia de Produção da FACIP/UFU é composta pelos núcleos de Formação Básica, Profissionalizante, Específica (com optativas) e Atividades Acadêmicas Complementares. A carga horária de cada núcleo:

- Núcleo de Formação Básica: 1470 horas
- Núcleo de Formação Profissionalizante: 1680 horas
- Núcleo de Formação Específica: 510 horas (180 horas de Optativas)
- Atividades Acadêmicas Complementares: 100 horas

A carga horária dos Núcleos de Formação Básica e Profissionalizante satisfaz as exigências da Resolução 11/02 do CNE/CES. Também estabelecida por esta resolução, a estrutura curricular do curso de Engenharia de Produção prevê a realização de Estágio Curricular obrigatório de 180 horas e de apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Como um todo, os Núcleos de Formação Básica, Profissionalizante, Específica e

Atividades Acadêmicas Complementares buscam contemplar todos os Princípios e Fundamentos deste Projeto Pedagógico.

Além dos componentes curriculares descritos acima, os alunos deverão obrigatoriamente realizar o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes para se adequar à Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que traz no artigo 5º o seguinte texto:

“§ 5º O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

A. Núcleo de Formação Básica

As disciplinas do Núcleo de Formação Básica (Quadro 1) são as primeiras do curso de Engenharia de Produção, e formam o alicerce do conhecimento do engenheiro. Essas disciplinas são, em geral, pré-requisitos para a formação Profissionalizante e Específica.

Quadro 1 – Disciplinas Obrigatórias que compõem o Núcleo de Formação Básica com respectivas cargas horárias (CH)

Disciplinas Obrigatórias		CH Teórica	CH Prática	CH Total
1	Geometria Analítica	60	0	60
2	Cálculo Diferencial e Integral I	90	0	90
3	Química Geral	60	0	60
4	Química Geral Experimental	0	30	30
5	Introdução à Computação	15	45	60
6	Conservação e Manejo de Recursos Naturais	45	15	60
7	Física I	60	0	60
8	Física Experimental I	0	30	30
9	Cálculo Diferencial e Integral II	60	0	60
10	Álgebra Linear	60	0	60
11	Microeconomia	60	0	60
12	Teoria Geral da Administração	60	0	60

13	Desenho Técnico	15	45	60
14	Física II	60	0	60
15	Física Experimental II	0	30	30
16	Cálculo Diferencial e Integral III	60	0	60
17	Estatística para Engenharia	90	0	90
18	Contabilidade Geral	60	0	60
19	Metodologia Científica	30	0	30
20	Física III	60	0	60
21	Física Experimental III	0	30	30
22	Equações Diferenciais Ordinárias	60	0	60
23	Cálculo Numérico	30	30	60
24	Teoria das Organizações	60	0	60
25	Energia e Instalações Elétricas	60	0	60
26	Análise de Custos	60	0	60
TOTAL		1215	255	1470

B. Núcleo de Formação Profissionalizante

O Núcleo de Formação Profissionalizante (Quadro 2) inclui as disciplinas consideradas essenciais para a formação do Engenheiro de Produção. Elas compõem um subconjunto coerente das 10 sub-áreas da Engenharia de Produção definidas pela Associação Brasileira de Engenharia de Produção/ABEPRO.

Quadro 2 – Disciplinas Obrigatórias que compõem o Núcleo de Formação Profissionalizante com respectivas cargas horárias (CH)

Disciplinas Obrigatórias		CH Teórica	CH Prática	CH Total
1	Programação Computacional	15	45	60
2	Mecânica Aplicada I	60	0	60
3	Pesquisa Operacional I	30	30	60
4	Fenômeno de Transporte	60	0	60
5	Mecânica de Sólidos I	60	0	60

6	Pesquisa Operacional II	30	30	60
7	Gestão Estratégica	60	0	60
8	Ergonomia e Segurança do Trabalho	45	15	60
9	Gestão Ambiental	30	0	30
10	Planejamento e Controle da Produção I	45	15	60
11	Gestão da Qualidade	60	0	60
12	Projeto de Produtos	60	0	60
13	Simulação de Sistemas	15	45	60
14	Ciência dos Materiais	60	0	60
15	Planejamento e Controle da Produção II	45	15	60
16	Logística	60	0	60
17	Processos de Fabricação	60	0	60
18	Planejamento e Controle da Produção III	60	0	60
19	Operações Unitárias	60	0	60
20	Projeto de Instalações Industriais	60	0	60
21	Sistemas de Informação	30	0	30
22	Trabalho de Conclusão de Curso I	15	75	90
23	Gestão da Cadeia de Suprimentos	60	0	60
24	Automação e Controle	45	15	60
25	Trabalho de Conclusão de Curso II	15	75	90
26	Estágio Curricular Obrigatório	15	165	180
TOTAL		1155	525	1680

Neste projeto, o **Trabalho de Conclusão de Curso** (TCC) é definido como uma atividade acadêmica com carga horária total de 180 horas, e orientada por um docente da UFU. Esta atividade tem por objetivo estimular a capacidade investigativa do estudante, contribuindo para a sua formação básica, profissional, científica, artística e sócio-política. Na estrutura curricular do Curso de graduação em Engenharia de Produção, o TCC será desenvolvido por meio de duas disciplinas intituladas, Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II. Ao final destas disciplinas o estudante deverá apresentar um trabalho na forma de monografia. O trabalho deve versar sobre um tema específico, não necessariamente inédito, sobre uma área temática da engenharia de produção, definida pela

Associação Brasileira de Engenharia de Produção-ABEPRO. As normas para elaboração do TCC são apresentadas no anexo 2.

O **Estágio Curricular Obrigatório** é uma atividade acadêmica de 180 horas (mínimo), supervisionada por um docente da UFU e orientada por um profissional indicado pela concedente de estágio. Esta atividade tem por objetivo proporcionar ao estudante a vivência de situações similares àquelas que serão encontradas na vida profissional. A essa atividade corresponde uma disciplina, obrigatória e denominada “Estágio Curricular Obrigatório”, ministrada por um docente que coordenará os estágios naquele semestre. As normas do Estágio Curricular Obrigatório do curso de Engenharia de Produção são apresentadas no anexo 3.

C. Núcleo de Formação Específica

Segundo estabelecido na Resolução 11/02 do CNE/CES e proposto pela Comissão de Diretrizes Curriculares da ABEPRO, as disciplinas do Núcleo de Formação Específica (Quadro 3) devem caracterizar-se como extensões e aprofundamentos dos conteúdos profissionalizantes.

Quadro 3 – Disciplinas Obrigatórias que compõem o Núcleo de Formação Específica com respectivas cargas horárias (CH)

Disciplinas Obrigatórias		CH Teórica	CH Prática	CH Total
1	Introdução à Engenharia de Produção	30	0	30
2	Controle Estatístico de Processo	45	15	60
3	Metrologia Industrial	45	15	60
4	Sistemas de Produção	60	0	60
5	Engenharia Econômica	60	0	60
6	Direito Empresarial	60	0	60
TOTAL		300	30	330

Optativas

O Quadro 4 é constituído por um conjunto de disciplinas optativas. O estudante deve escolhê-las dentre as disciplinas oferecidas no semestre. Esta escolha é livre respeitando os

pré-requisitos das mesmas. Em cada semestre, será oferecida no mínimo uma disciplina optativa pelos professores do curso de engenharia de produção. As disciplinas optativas oferecidas por outros cursos da FACIP são oferecidas anualmente por serem obrigatórias para estes cursos. As demais disciplinas serão oferecidas de acordo com a disponibilidade de professores.

Quadro 4 – Disciplinas Optativas com respectivas cargas horárias (CH)

Disciplinas Obrigatórias		CH Teórica	CH Prática	CH Total
1	Mecânica Aplicada II	60	0	60
2	Mecânica dos Sólidos II	60	0	60
3	Modelagem e Otimização de Sistemas de Produção	60	0	60
4	Pesquisa Operacional III	60	0	60
5	Resistência dos Materiais	60	0	60
6	Seminários em Engenharia de Produção	30	0	30
7	Administração de Recursos Humanos	60	0	60
8	Economia Brasileira	60	0	60
9	Gestão de Marketing	60	0	60
10	Planejamento e Controle Financeiro	60	0	60
11	Ecologia Geral	45	15	60
12	História de Economia e da Tecnologia	60	0	60
13	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS I	30	30	60
TOTAL		705	45	750

D. Atividades Acadêmicas Complementares

Este núcleo visa possibilitar a complementação da formação profissional do estudante, tanto no âmbito das Ciências quanto no âmbito de sua formação ética e humanística. Isto se dará através da participação em eventos de natureza acadêmico-social, cultural, artística, científica e tecnológica.

Para a integralização curricular, o aluno precisará cumprir um mínimo de 100 h de Atividades Complementares ao longo do período em que estiver matriculado no curso. Essas atividades serão de livre escolha do aluno entre as atividades propostas no Quadro 5 abaixo.

Quadro 5 – Atividades Acadêmicas Complementares, com respectivas cargas horárias (CH)

Atividades Complementares		CH máxima
1	Projeto e/ou atividade de ensino (PIBEG, cursinho alternativo, etc.)	60
2	Projeto de pesquisa (PIBIC, estágio voluntário extracurricular)	60
3	Projeto de extensão (organização de eventos, de cursos, de palestras, etc.)	60
4	Apresentação de trabalho em evento científico-cultural local	60
5	Apresentação de trabalho em evento científico-cultural nacional	60
6	Apresentação de trabalho em evento científico-cultural internacional	60
7	Participação em evento científico-cultural local	50
8	Participação em evento científico-cultural nacional	50
9	Participação em evento científico-cultural internacional	50
10	Grupo de estudos de temas específicos	50
11	Visita técnica orientada a centros científicos/culturais de excelência	50
12	Monitoria em disciplina ministrada na UFU	50
13	Representação estudantil	40
14	Disciplina facultativa na UFU	60
15	Atividade acadêmica à distância	60
16	Prêmio recebido	80
17	Publicação de artigo científico em revistas indexadas	80
18	Publicação de artigo científico em revistas não-indexadas	60
19	Atuação voluntária em programas de difusão da Ciência	50
20	Participação em Seminário de Defesa de TCC	20
21	Participação em Atividades Especiais de Ensino, Pesquisa e Extensão	40

Obs: O estudante deverá cursar, no mínimo, uma carga horária total de 100 h nesta categoria de Atividades Complementares.

E. Fluxo Curricular

O Quadro 6 apresenta a integralização curricular para o Curso de Graduação em Engenharia de Produção.

Quadro 6 – Fluxo Curricular do Curso de graduação em Engenharia de Produção.

Período	Componentes Curriculares	Carga Horária			Núcleo	Categoria	Pré-requisito	Co-requisito(**)
		T	P	Total				
1º Período	Geometria Analítica	60	0	60	Básico	Obrigatório	Livre	
	Cálculo Diferencial e Integral I	90	0	90	Básico	Obrigatório	Livre	
	Química Geral	60	0	60	Básico	Obrigatório	Livre	
	Química Geral Experimental	0	30	30	Básico	Obrigatório	Livre	
	Introdução à Computação	15	45	60	Básico	Obrigatório	Livre	

	Conservação e Manejo de Recursos Naturais	45	15	60	Básico	Obrigatório	Livre	
	Introdução à Engenharia de Produção	30	0	30	Específico	Obrigatório	Livre	
2º Período	Física I	60	0	60	Básico	Obrigatório	Cálculo Diferencial e Integral I, Geometria Analítica	
	Física Experimental I	0	30	30	Básico	Obrigatório	Cálculo Diferencial e Integral I, Geometria Analítica	Física I
	Cálculo Diferencial e Integral II	60	0	60	Básico	Obrigatório	Cálculo Diferencial e Integral I	
	Álgebra Linear	60	0	60	Básico	Obrigatório	Livre	
	Microeconomia	60	0	60	Básico	Obrigatório	Cálculo Diferencial e Integral I	
	Teoria Geral da Administração	60	0	60	Básico	Obrigatório	Livre	
	Desenho Técnico	15	45	60	Básico	Obrigatório	Livre	
3º Período	Física II	60	0	60	Básico	Obrigatório	Física I	
	Física Experimental II	0	30	30	Básico	Obrigatório	Física I, Física Experimental I	Física II
	Cálculo Diferencial e Integral III	60	0	60	Básico	Obrigatório	Cálculo Diferencial e Integral II	
	Estatística para Engenharia de Produção	90	0	90	Básico	Obrigatório	Cálculo Diferencial e Integral I	
	Contabilidade Geral	60	0	60	Básico	Obrigatório	Livre	
	Metodologia Científica	30	0	30	Básico	Obrigatório	Livre	
	Programação Computacional	15	45	60	Profissionalizante	Obrigatório	Introdução à Computação	
4º Período	Física III	60	0	60	Básico	Obrigatório	Física II	
	Física Experimental III	0	30	30	Básico	Obrigatório	Física II, Física Experimental II	Física III
	Equações Diferenciais Ordinárias	60	0	60	Básico	Obrigatório	Álgebra Linear, Cálculo Diferencial e Integral I	
	Cálculo Numérico	30	30	60	Básico	Obrigatório	Introdução à Computação	Equações Diferenciais Ordinárias
	Teoria das Organizações	60	0	60	Básico	Obrigatório	Teoria Geral da Administração	

	Mecânica Aplicada I	60	0	60	Profissionalizante	Obrigatório	Física I	
	Pesquisa Operacional I	30	30	60	Profissionalizante	Obrigatório	Estatística para Engenharia de Produção, Cálculo Numérico	
5º Período	Fenômenos de Transporte	60	0	60	Profissionalizante	Obrigatório	Física I	
	Mecânica dos Sólidos I	60	0	60	Profissionalizante	Obrigatório	Mecânica Aplicada I	
	Pesquisa Operacional II	30	30	60	Profissionalizante	Obrigatório	Pesquisa Operacional I	
	Gestão Estratégica	60	0	60	Profissionalizante	Obrigatório	Livre	
	Ergonomia e Segurança do Trabalho	45	15	60	Profissionalizante	Obrigatório	Livre	
	Gestão Ambiental	30	0	30	Profissionalizante	Obrigatório	Conservação e Manejo de Recursos Naturais	
	Controle Estatístico de Processo	45	15	60	Específico	Obrigatório	Estatística para Engenharia de Produção	
6º Período	Planejamento e Controle da Produção I	45	15	60	Profissionalizante	Obrigatório	Estatística para Engenharia	
	Gestão da Qualidade	60	0	60	Profissionalizante	Obrigatório	Livre	
	Projeto de Produtos	60	0	60	Profissionalizante	Obrigatório	Desenho Técnico	
	Metrologia Industrial	45	15	60	Específico	Obrigatório	Estatística para Engenharia de Produção	
	Sistemas de Produção	60	0	60	Específico	Obrigatório	Livre	
	Engenharia Econômica	60	0	60	Específico	Obrigatório	Contabilidade Geral	
7º Período	Energia e Instalações Elétricas	60	0	60	Básico	Obrigatório	Física III	
	Simulação de Sistemas	15	45	60	Profissionalizante	Obrigatório	Pesquisa Operacional II, Planejamento e Controle da Produção I	

	Ciência dos Materiais	60	0	60	Profissionalizante	Obrigatório	Química Geral, Química Geral Experimental, Física I	
	Planejamento e Controle da Produção II	45	15	60	Profissionalizante	Obrigatório	Planejamento e Controle da Produção I	
	Logística	60	0	60	Profissionalizante	Obrigatório	Pesquisa Operacional I	
	Optativa I	60	0	60	Específico	Optativa	-	
8º Período	Análise de Custos	60	0	60	Básico	Obrigatório	Contabilidade Geral	
	Processos de Fabricação	60	0	60	Profissionalizante	Obrigatório	Ciência dos Materiais	
	Planejamento e Controle da Produção III	60	0	60	Profissionalizante	Obrigatório	Planejamento e Controle da Produção II	
	Operações Unitárias	60	0	60	Profissionalizante	Obrigatório	Química Geral, Fenômenos de Transporte	
	Projetos de Instalações Industriais	60	0	60	Profissionalizante	Obrigatório	Desenho Técnico	
	Sistemas de Informação	30	0	30	Profissionalizante	Obrigatório	Livre	
	Optativa II	60	0	60	Específico	Optativa	-	
9º Período	Trabalho de Conclusão de Curso I	15	75	90	Profissionalizante	Obrigatório	Metodologia Científica e Tecnológica, 70% da Carga Horária total do curso	
	Gestão da Cadeia de Suprimentos	60	0	60	Profissionalizante	Obrigatório	Pesquisa Operacional I, Logística	
	Automação e Controle	45	15	60	Profissionalizante	Obrigatório	Energia e Instalações Elétricas	
	Direito Empresarial	60	0	60	Específico	Obrigatório	Livre	
	Optativa III	60	0	60	Específico	Optativa	-	
10º Período	Trabalho de Conclusão de Curso II	15	75	90	Profissionalizante	Obrigatório	Trabalho de Conclusão de Curso I	
	Estágio Curricular Obrigatório	15	165	180	Profissionalizante	Obrigatório	70% da Carga Horária total do curso	
TOTAL		2850	810	3660				

F. Quadro-Síntese da Estrutura Curricular

O propósito do quadro-síntese da estrutura curricular (Quadro 7) é facilitar a observação das exigências legais. Nele constam as cargas horárias totalizadas e seus percentuais por núcleos e/ou categorias dos componentes curriculares.

Quadro 7- Quadro-síntese da estrutura curricular

	CH total	Percentual
Núcleo de Formação Básica	1470	39,1
Núcleo de Formação Profissionalizante	1680	44,7
Núcleo de Formação Específica	510	13,6
Atividades Acadêmicas Complementares	100	2,7
TOTAL	3760	100,0
Componentes Obrigatórios	3480	92,5
Componentes de escolha: Optativas e Atividades Complementares	280	7,5
TOTAL	3760	100,0

G. Relação dos Laboratórios

Para as disciplinas do Núcleo de Formação Básica do curso de Engenharia de Produção, as aulas práticas de Química Geral Experimental e de Física Experimental I, II e III deverão ser realizadas nos laboratórios dos respectivos Cursos de Graduação em Química e de Física das Faculdades de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (FACIP/UFU). As aulas práticas da disciplina Conservação e Manejo de Recursos Naturais serão realizadas no laboratório do Curso de Graduação em Biologia. As disciplinas Introdução à Computação e Cálculo Numérico devem ser realizadas no Laboratório de Informática da FACIP. A disciplina Desenho Técnico será realizada no laboratório de Representação Gráfica do curso de Engenharia de Produção.

Com relação ao Núcleo de Formação Profissionalizante, as disciplinas práticas de Programação Computacional, Pesquisa Operacional I e II, Planejamento e Controle da Produção I e II e Simulação de Sistemas, deverão ser realizadas no laboratório de Informática da Engenharia de Produção das Faculdades de Ciências Integradas do Pontal. A disciplina Ergonomia e Segurança do Trabalho, bem como Automação e Controle serão desenvolvidas em seus respectivos laboratórios da Engenharia de Produção. Os Trabalhos de Conclusão de Curso deverão utilizar laboratórios relacionados aos temas oferecidos.

Para o Núcleo de Formação Específica a disciplina Controle Estatístico de Processo deverá ser desenvolvida no laboratório de Informática da Engenharia de Produção enquanto a disciplina Metrologia Industrial deverá contar com laboratório próprio para o seu desenvolvimento.

Dessa forma, os laboratórios estão divididos de acordo com os quadros 8, 9 e 10 respectivamente para os Núcleos de Formação Básica, Profissionalizante e Específica. Pode-se notar que, para o Núcleo de Formação Básica, existe a necessidade apenas de se providenciar as pranchetas específicas para a disciplina Desenho Técnico para que se desenvolva as atividades do Laboratório de Representação Gráfica. Para as demais disciplinas experimentais do referido núcleo conta-se com todos os laboratórios já montados e em operação.

Quadro 8 – Laboratórios do Curso de Engenharia de Produção para o Núcleo de Formação Básica.

Disciplina	Semestre	CH Prática	Laboratório
Química Geral Experimental	1	30	Laboratório do Curso de Graduação em Química
Física Experimental I	2	30	Laboratório do Curso de Graduação em Física
Física Experimental II	3	30	Laboratório do Curso de Graduação em Física
Física Experimental III	4	30	Laboratório do Curso de Graduação em Física
Conservação e Manejo de Recursos Naturais	1	15	Laboratório do Curso de Graduação em Biologia
Introdução à Computação	1	45	Laboratório de Informática da FACIP
Cálculo Numérico	4	30	Laboratório de Informática da FACIP
Desenho Técnico	2	45	Laboratório de Representação Gráfica

Quadro 9 – Laboratórios do Curso de Engenharia de Produção para o Núcleo de Formação Profissionalizante.

Disciplina	Semestre	CH Prática	Laboratório
Programação Computacional	3	45	Laboratório de Informática da Engenharia de Produção
Pesquisa Operacional I	4	30	Laboratório de Informática da Engenharia de Produção
Pesquisa Operacional II	5	30	Laboratório de Informática da Engenharia de Produção
Planejamento e Controle da Produção I	6	15	Laboratório de Informática da Engenharia de Produção
Planejamento e Controle da Produção I	7	15	Laboratório de Informática da Engenharia de Produção
Simulação de Sistemas	7	45	Laboratório de Informática da Engenharia de Produção
Ergonomia e Segurança do Trabalho	5	15	Laboratório de Ergonomia e Metrologia
Automação e Controle	9	15	Laboratório de Automação e Controle da Engenharia de Produção

Quadro 10 – Laboratórios do Curso de Engenharia de Produção para o Núcleo de Formação Específica.

Disciplina	Semestre	CH Prática	Laboratório
Controle Estatístico de Processo	5	15	Laboratório de Informática da Engenharia de Produção
Metrologia Industrial	6	15	Laboratório de Ergonomia e Metrologia

IX – Diretrizes gerais para o desenvolvimento metodológico do ensino

Considerando que o conhecimento deve estar em permanente elaboração e que a aprendizagem é um processo dialético de re-significação que se realiza na reflexão contínua do estudante com a mediação do professor, a metodologia de ensino a ser adotada deve ser aquela que favoreça a interação, o questionamento, o diálogo e a criatividade. Considerando ainda a indissociabilidade entre a pesquisa, o ensino e a extensão, a simples transmissão de conhecimentos não parece ser suficiente para caracterizar a metodologia de ensino a ser ministrado.

Assim sendo, o desenvolvimento de projetos de pesquisa através da Iniciação Científica deve ser incentivado. Também devem ser considerados a participação e a elaboração de seminários, a participação em eventos científicos, a produção de textos, visitas a empresas e centros de pesquisa e a participação em projetos de extensão.

X – As diretrizes para os processos de avaliação da aprendizagem e do curso

A. Avaliação da aprendizagem dos estudantes

Durante o desenvolvimento de cada componente curricular, o aluno vivenciará atividades didáticas diversificadas, tais como: aulas problematizadas ou debates, enfocando o conhecimento como um contínuo desenvolvimento do saber, estudos independentes que contemplam conteúdos específicos e pedagógicos e desenvolvimento de trabalhos em grupos ou individualmente, voltados para a compreensão, aplicação de conhecimentos e a produção de idéias. A priorização do desenvolvimento do espírito crítico e a inserção dos alunos, o mais rapidamente possível, em atividades relacionadas à profissão-objeto de sua formação, ainda durante o decorrer do curso, minimizam a ruptura entre a teoria e a prática.

O ato de avaliar será um processo contínuo e permanente com função diagnóstica e processual, e será feita de maneira a possibilitar a constante reflexão sobre o processo formativo do aluno. Para tanto, será recomendado que os instrumentos avaliativo-diagnósticos sejam utilizados de modo diversificado e aplicados ao longo do processo de aprendizagem e não apenas ao final de cada semestre letivo. Haverá, ainda, a possibilidade de realização de provas substitutivas ou repositivas. Por fim, deverá ocorrer de tal forma que possibilite o desenvolvimento pleno do discente em suas múltiplas dimensões: cognitiva, política, ética, cultural e profissional.

O professor proporá, dentro de sua disciplina, as formas ou instrumentos avaliativo-diagnósticos que julgar mais adequados às suas especificidades e peculiaridades de seu trabalho pedagógico respeitando-se as seguintes diretrizes:

1. *A avaliação requer momentos formais para verificação*; apesar de se entender a avaliação como um processo contínuo que está presente em todas as ações educativas e que alimenta, constantemente, as reorientações de percurso, faz-se necessário estabelecer momentos formais para a mesma.

2. *A avaliação deve diagnosticar o processo ensino-aprendizagem:* a avaliação deve ser diagnóstica, detectando os avanços e fragilidades no processo de aprendizagem do aluno.
3. *As formas, os instrumentos e os critérios de avaliação devem se adequar às especificidades dos conteúdos e ao desenvolvimento de competências e habilidades.*
4. *A avaliação deve ser compartilhada com os alunos:* os alunos precisam conhecer o processo pelo qual serão avaliados. O processo avaliativo deve ser compartilhado num clima de transparência e confiança em que se focalizem os objetivos da avaliação.

B. Avaliação do curso

Considerando que a qualidade acadêmica está efetivamente ligada ao cumprimento da função social da universidade, que é de ensinar, pesquisar e praticar a extensão em favor do desenvolvimento dos sujeitos e da sociedade como um todo, estão previstas diferentes formas de avaliação do curso: interna e externa.

Ao longo de seu processo de implantação, avaliações internas serão realizadas com o objetivo de aperfeiçoar a proposta pedagógica em seus diferentes momentos de implementação, buscando manter sua qualidade e fidelidade aos seus princípios fundamentais. Os alunos participarão do processo de avaliação apontando sugestões e fazendo críticas através de um questionário com questões abertas. Este procedimento permitirá perceber os avanços e as fragilidades no processo de aprendizagem a tempo de possibilitar mudanças na realidade dos espaços de formação profissional. Também possibilitará redirecionar, caso seja necessário, os objetivos, a identidade profissional delineada, a organização curricular, as formas de implementação e as condições de funcionamento do curso.

De acordo com a LEI N° 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE faz parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, sendo considerado componente curricular obrigatório. Fará parte da avaliação externa, a participação dos alunos no ENADE, conforme detalhamento abaixo:

"Art. 5° A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

§ 1° O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas

competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

§ 2º O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

§ 3º A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal.

§ 4º A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.”

XI – Duração mínima e máxima de integralização.

- Duração mínima do Curso: 5 anos
- Duração máxima do Curso: 6 anos

ANEXO 1

Histórico de Ituiutaba e do Campus do Pontal

Histórico de Ituiutaba e do *Campus do Pontal*¹

ITUIUTABA, cidade sede da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – FACIP – Campus do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia – UFU – é um município de 2.587,339 Km² com uma população estimada de 92.427 habitantes (IBGE 2006) com uma densidade demográfica de 35,7 habitantes por Km². Está localizado no planalto central, no vale do rio Paranaíba, na bacia do Prata, numa altitude de 605 metros, sendo o clima tropical de característica quente e úmido. Emancipou-se do vizinho município de Prata pela Lei estadual n. 319 em 16 de setembro de 1901, com a denominação de Vila Platina.² Completou, neste ano (2006) de instalação do Campus do Pontal, 105 anos de vida política autônoma.

O povoamento desta região, de acordo com registros do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, começou em meados do século XIX, em decorrência do processo de ruralização, iniciado na Capitania de Minas Gerais a partir da segunda metade do século XVIII, provocado pela queda da produção nas minas de ouro, obrigando a população das cidades e vilas a buscarem outras atividades econômicas que garantissem o sustento das famílias. Nesse contexto, foi nomeado a 27 de outubro de 1809, pelo governador da capitania de Goiás Marquês de São João da Palma, o mineiro Sargento-Mor Antônio Eustáquio da Silva para que organizasse uma expedição de reconhecimento entre os rios da Prata e Tijuco, o que foi feito em julho de 1810, chegando até o rio Paranaíba. Dessa expedição resultou a licença, em fevereiro de 1811, para a construção da capela de N. Sra. do Monte Carmo que deu origem à cidade de Prata. A partir dessa data iniciou-se a concessão de “sesmarias” nessa região³, avançando o processo de povoamento com novas entradas, que certificaram a “desinfestação das terras” com o afastamento do caiapó para o lado goiano do Paranaíba, e que deram origem a diversos povoados, núcleos formadores das atuais Campo Florido, Conceição das Alagoas e Campo Belo, hoje Campina Verde.

Nessa região específica, cortada pelos rios Prata e Tijuco, várias sesmarias foram instaladas a partir de 1810 por diversas e diferentes famílias que deram origem à população tijuicana. Consta que o patrimônio que deu origem à localidade, primeiramente denominada como **Campanhas do Tejuco**, tenha sido doada pelos proprietários das, vizinhas e confrontantes, fazendas do Carmo e São Lourenço cujos proprietários eram, respectivamente, José da Silva Ramos e Joaquim Antônio de Moraes.⁴ O primeiro oriundo da região de Lavras

¹ Texto escrito e organizado pela Profa. Dalva Maria de Oliveira Silva do Curso de História da FACIP.

² Para a composição do texto foram utilizadas várias fontes e publicações tais como: SILVA. D.M.O. *Memória: Lembrança e Esquecimento*. Trabalhadores Nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro. (1950-1960). Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 1997. REVISTA ACAIACA. Belo Horizonte: Acaiaca, 1953. ITUIUTABA. Fundação Cultural de Ituiutaba. *O Centenário*. Ituiutaba: Egil: 2001. ITUIUTABA. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. *2001: Centenário de Ituiutaba*. Ituiutaba: Egil, 2001. Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Belo Horizonte.

³ As glebas de terra (faixa de uma légua e meia) destinadas, pelo Cel. Antônio Pires de Campos em 1748, aos ameríndios borôros ao longo da Estrada do Anhanguera, visando garantir o policiamento da mesma, após o combate ao caiapó habitante original dessa região, foram desocupadas mediante a transferência das poucas aldeias para a região do rio das Velhas, ficando aquela faixa de terra desimpedida a partir de 1829.

⁴ Consta da tradição que José da Silva Ramos tenha proposto ao cunhado separarem uma parte de suas respectivas terras para a construção de uma capela e de um cemitério, o que foi feito em 1820. A petição foi redigida e enviada ao Bispo de Goiás, obteve o visto do vigário de Uberaba, mas a construção foi se efetivar somente em 1832, após a morte de José da Silva Ramos.

e o segundo do Sul de Minas, encontraram-se mediante o casamento de ambos na família Dias, tornando-se concunhados. Vieram para a região juntamente com parentes da família Dias, ligada a proprietários de São Vicente. Após a construção da primeira capela, coordenada, segundo consta, pelo padre Antônio Dias de Gouvêa a partir de 1832⁵, a localidade passou a ser denominada de **Capela do São José do Rio Tejuco** (1833) recebendo o seu primeiro capelão, Pe. Francisco de Sales Sousa Fleury, e o juiz de paz eleito em 1836.

Motivada por “Resolução” da Câmara de Uberaba de 15 de março de 1838, a lei Provincial Mineira n. 125 de 13 de março de 1839, sancionada por Bernardo Jacinto da Veiga, dentre outras providências, elevou **São José do Tijuco a Distrito do termo de Uberaba**. Nesse mesmo ano consta que já havia sido construída, à base de mutirão, a nova capela, em cima do chapadão, que depois tornou-se a Capela-Mor da matriz de São José, concluída em 1862, que ao longo do tempo sofreu acréscimos e melhoramentos, vindo a incendiar-se na passagem do dia 31 de outubro para 1º de novembro de 1938.

Em 7 de novembro de 1860 a lei mineira n. 1.360 criou a **Freguesia de São José do Tejuco**, desmembrando-a da de N. Sra. do Carmo, da cidade de Prata. Porém, somente em 1861 saiu a provisão do governo para o seu primeiro vigário, na pessoa do Pe. Fortunato Alves Pedrosa de Resende, no cargo de capelão.⁶ Consta como marco da história de Ituiutaba a chegada do Padre Ângelo Tardio Bruno, que teria vindo devido a um abaixo assinado liderado por Antônio Pedro Guimarães, que o teria conhecido em S. José do Tocantins. A provisão do bispo de Goiás data de 20 de fevereiro de 1883, encarregando Pe. Ângelo das freguesias de S. José do Tijuco e S. Francisco de Sales. Chegou ao povoado em março do mesmo ano tendo exercido, ao longo de sua estada, vários cargos como, vereador especial do Distrito (1901), juiz de paz, cônego da diocese do Sagrado Coração de Jesus em Uberaba (1909) e outros. Consta que além de melhorar as instalações da matriz, construir a capela de N.Sra. da Abadia, instituindo a festa em honra dessa Santa na freguesia, fundar os colégios de Santo Antônio e o futuro Colégio das Freiras, também fez, com João Gomes Pinheiro, o traçado das ruas do povoado, construiu casas e pontes.

À época do recenseamento em 31 de dezembro de 1890, após a Proclamação da República, a freguesia de S. José do Tijuco contava com 5.067 habitantes e ao final dessa década começou a almejar a emancipação política. Segundo registros, Silviano de Almeida Brandão, presidente do Estado de Minas Gerais, numa manobra visando o fortalecimento de seu poder político eleitoral na região, separou o distrito de S. José do Tijuco do município de Prata e criou o município de **Vila Platina**, pela Lei estadual n. 319 no dia 16 de setembro de 1901, composto dos distritos de S. José do Tijuco e N. Sra. do Rosário da Boa Vista do Rio Verde (Monjolinho).

No dia 1º de janeiro de 1901, foram empossados os primeiros membros da Câmara Municipal, o Cel. Pio Augusto Goulart Braum (Presidente), Aureliano Martins de Andrade (Secretário) e oito vereadores Tte. Cel. Antônio Pedro Guimarães, Constâncio Ferraz de Almeida, Cel. João Evangelista Rodrigues Chaves (pelo distrito de Rio Verde), Marinho Dias

⁵ Embora nenhum vestígio da primeira capela ateste a veracidade da sua localização, consta que ela tenha sido construída à beira do córrego Sujo (ribeirão São José) entre as avenidas 5 e 7, abaixo da rua 26.

⁶ Naquela época os padres eram pagos pelo governo e recebiam o salário de 200 mil reis anuais.

Ferreira, José de Andrade e Sousa, Manuel Tavares da Silva, Manuel Bernardo Sobrinho e Antônio da Costa Junqueira. O agente executivo empossado foi o Sr. Augusto Alves Vilela.

A partir de 1915 a cidade passou a ser denominada ITUIUTABA, nome derivado de expressões ameríndias (YG – rio, TUYU - tijuco; TABA – povoação) criado pelo senador Camilo Chaves, cujo significado é **Povoação do Rio Tijuco**.

Ao longo do seu um século de vida a cidade viveu momentos de agitação e de calma, de desenvolvimento e de estagnação econômica. Na tradição oral e nas obras dos memorialistas é comum a divisão da história econômica em três ciclos: da pecuária, da mineração e da agricultura. No século XIX e início do século XX a ocupação das terras fora motivada pela exploração pastoril e pela lavoura de subsistência ou intermediária, entre a derrubada das matas virgens e o plantio do jaraguá para formação dos pastos, plantava-se o arroz, o feijão e o milho, sendo este último utilizado na suinocultura, que também se desenvolveu na região.

No período entre 1935 e 1945 a região viveu um surto minerador através do garimpo de diamantes ao longo do rio Tijuco. Não existem fontes históricas sobre esse momento, foi uma década de muita efervescência devido à presença de garimpeiros que vieram de todas as partes, mas à medida que as pedras foram se tornando escassas, os mesmos seguiram caminho sem deixar muitos rastros.

No final da década de 1930, especificamente em 1938, foi instalada na cidade uma máquina de beneficiar arroz, primeiro empreendimento do que viria a ser as Indústrias Reunidas “Fazendeira”⁷ com a instalação de uma fábrica de manteiga e posteriormente de óleo de algodão, reafirmando a “vocação” do município para a atividade agropecuária, incentivando o desenvolvimento das lavouras de arroz, que já existiam em pequena escala, e de algodão, que passou a disputar o espaço com o milho e o feijão.

O incentivo à produção de arroz inaugurou o terceiro ciclo econômico, considerado o mais importante, pois outorgou à cidade o título de “Capital do Arroz” na década de 1950. Já no início dessa década o município foi considerado o maior produtor de arroz do Estado de Minas Gerais, destacando-se, também, com uma grande produção de milho⁸. Há que se registrar, entretanto, que até o ano de 1953 o município de Ituiutaba compreendia uma superfície de 6.080 Km², tendo como distritos os atuais municípios de Gurinhatã, Capinópolis, Ipiaçú e Cachoeira Dourada, e uma população de 55.000 mil habitantes, sendo que apenas 15.000 mil viviam na zona urbana, demonstrando a preponderância da vida rural sobre a vida urbana.

Em 19 de dezembro de 1953, decorrência de um movimento emancipatório de habitantes de Capinópolis, foi promulgada a Lei no. 1039 efetivando a emancipação do distrito de Capinópolis, tendo Cachoeira Dourada como distrito. A partir de 1954, com o

⁷ Empresa fundada pelo Sr. Antonio Baduy, libanês que se fixou na cidade. Instalou uma cirene – o apito do Baduy - na fábrica localizada na rua 26 com a avenida 15, que ainda hoje regula o tempo comercial na cidade. A empresa permanece atuando na pasteurização de leite, fabricação de manteiga e, também, de chopp. Os herdeiros do industrial negociaram com a Prefeitura Municipal a doação de terreno para a construção das instalações do Campus Pontal da UFU em Ituiutaba.

⁸ Em dados de 1952 a produção de arroz foi de 1.700.000 sacas de 60 kilos, o milho de 865.000 sacas de 60 kilos, 600.000 arrobas de algodão e 80.000 sacas de feijão. (Revista Acaiaca, 1953)

desmembramento de uma faixa de terra considerada de alta fertilidade⁹, o município de Ituiutaba ficou reduzido a uma área de 5.175Km² mas manteve o título de “Capital do Arroz”. Como sede do grande município, Ituiutaba recebia quase toda a produção da região (alguns produtores negociavam a produção em Uberlândia) e no final da década de 1950 chegou a contar com cerca de cem (100) máquinas de beneficiamento de arroz. O comércio recebeu grande incentivo pois a cidade era o principal centro de abastecimento de toda a região. O grande desafio era representado pelo transporte, principalmente para escoamento da produção. A falta de ferrovias, as estradas intrafegáveis na época das chuvas e o frete oneroso impunha grandes dificuldades aos produtores de toda a região.

Nesse período, entre o final da década de 1940 até o final da década de 1960, a região recebeu migrantes de diferentes lugares, mas foi predominante a migração de nordestino oriundos, principalmente, dos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, na sua grande maioria para trabalhar nas lavouras. Não se pode falar em produção sem lembrar esses produtores, aqui compreendidos como a mão-de-obra responsável pela limpeza e preparação da terra, pela semeadura, manutenção e colheita das lavouras. A região não possuía trabalhadores qualificados e em número suficiente que pudesse trabalhar a terra e fazê-la produzir em grande escala. Os fazendeiros precisaram ir à busca de mão-de-obra e o alvo eram as regiões pobres de Minas Gerais,¹⁰ e o Nordeste brasileiro¹¹.

A pecuária continuou a ser praticada ao lado da agricultura¹² e foi incentivada com a instalação do MIISA - Matadouro Industrial de Ituiutaba S.A., na década de 1950. Entre períodos de atividade e de inatividade e sob a direção de diferentes grupos, o frigorífico foi se mantendo, transformando-se em grande empresa exportadora sob o comando do Grupo Bertin. Com a instalação da fábrica de leite em pó da Nestlé nesta cidade, em novembro de 1976, as lavouras foram pouco a pouco dando lugar aos pastos que passaram do jaraguá para a *brachiaria* (braquiária), os lavouristas foram se transformando em pecuaristas e passaram a adotar novas práticas e tecnologias como a conservação de forragens, especialmente a silagem de milho, o confinamento e os piquetes, visando a manutenção do gado e melhora da qualidade e quantidade do leite e da carne.

A partir da década de 1980, com a instalação de uma usina de álcool - Triálcool, no vizinho município de Canápolis, e com a posterior passagem da administração da mesma para o Grupo João Lyra, na década de 1990, a região vem sendo alvo de novas transformações. As lavouras, principalmente de soja, que foram atacadas pela ferrugem a partir de 2004, vão sendo substituídas pela monocultura da cana-de-açúcar que já toma conta da maior parte das áreas cultivadas em toda a região. Em decorrência desse fato a cidade de Ituiutaba volta a receber migrantes nordestinos, desta vez do estado de Alagoas, contratados pelo Grupo João Lyra para fornecer a mão-de-obra necessária aos diferentes estágios do processo de produção

⁹ Posteriormente, décadas de 1970 e 1980, o município de Capinópolis ficou conhecido como “Celeiro de Minas” devido à grande produção de grãos, com destaque para o milho.

¹⁰ Vieram muitas famílias do município de Luz, do Alto Paranaíba, norte de Minas e Vale do Jequitinhonha.

¹¹ Um grande fluxo migratório se estabeleceu dos Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba para o Pontal do Triângulo Mineiro. SILVA, D. M. de. *Memória: lembrança e esquecimento. Trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 1960*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 1997.

¹² De acordo com os dados estatísticos de 1952 havia 450.000 cabeças de bovinos e 100.000 cabeças de suínos. Revista Acaiaca, 1953.

da usina Triálcool, embora a oferta de empregos na região seja insuficiente para atender a demanda dos trabalhadores aptos ao trabalho.

Ituiutaba é uma cidade Pólo que atende com serviços variados a região do Pontal do Triângulo Mineiro, com destaque para área da saúde, recebendo todos os dias centenas de pacientes que procuram hospitais e centros de saúde especializados, em busca de exames e tratamentos diversos. O agronegócio e a prestação de serviços (comércio variado, advocacia, assessoria e consultoria de informática, dentre outros) são seus principais elementos e fonte de divisas. Momento forte para o agronegócio e outras transações econômicas é a Feira e [Exposição Agropecuária](#) anual, conhecida como EXPOPEC, que tem abrangência nacional, e acontece no mês de setembro, quando a cidade comemora o seu aniversário.

Em meio às transformações de caráter econômico vividas pelo município, a maioria da população vive no enfrentamento a constantes desafios para construir e manter os seus modos de viver. Faltam empregos, pois o comércio, o setor de serviços e as poucas indústrias existentes na cidade não conseguem atender à demanda dos jovens que a cada ano buscam o seu primeiro emprego. A esse fato, acrescentam-se os problemas causados pela sazonalidade, característica das atividades agropecuárias, que torna instável a oferta de trabalho ao longo do ano. Apesar de o município contar com um PIB em torno de R\$ 895.921.628,00 (IBGE 2003) e com um PIB *per capita* de R\$ 9.856,45, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de apenas 0,818 demonstra outra realidade, que é a da concentração de riquezas geradas no município. Porém, o caráter sintético deste texto nos impede de tratar dessas questões. Damos lugar a um histórico que aborda, de forma igualmente sintética, a trajetória da educação em Ituiutaba, considerando ser este um assunto que mais nos interessa na composição desta Apresentação aos Projetos Pedagógicos dos Cursos da FACIP – UFU – Campus Pontal.

Breve Histórico Sobre Alguns Aspectos da História da Educação em Ituiutaba¹³

Os grupos escolares adentraram no Estado de Minas Gerais, com a denominada “Reforma João Pinheiro,” formalizada pela Lei nº 434 de 28 de setembro de 1906, quando o ensino laico se sobrepôs ao confessional e a racionalidade tomou o lugar da fé nos bancos escolares, pois, sob o governo de João Pinheiro, ocorreu a abolição da instrução religiosa nas escolas públicas, bem como, os subsídios estaduais aos seminários. Em Ituiutaba o primeiro grupo escolar foi criado pelo decreto número 2.327, assinado no dia 22 de dezembro de 1908 com a denominação de Grupo Escolar de *Villa Platina* e instalado em 1910, recebendo o nome da cidade então denominada Vila Platina, conforme explicitam as autoras Ribeiro e Silva:

No momento da criação e implantação do Grupo Escolar de Villa Platina, era agente executivo Fernando Alexandre Vilela de Andrade (1908 a 1911), fazendeiro e portador de «diploma científico» (Minas Geraes, 1908, p. 911). Para possibilitar o funcionamento do Grupo Escolar tornou-se obrigatório no

¹³ Histórico organizado a partir de fragmentos do texto produzido pela Profa. Dra. Betânia Laterza Ribeiro do Curso de Pedagogia da FACIP.

município o ensino primário no meio urbano e rural, pois com tal medida seria conseguida a frequência necessária demandada pela Lei da Reforma João Pinheiro afeita aos grupos escolares.¹⁴

Em 1927, em homenagem ao Presidente do Estado de Minas Gerais e autor da lei de sua criação o grupo passou a ser intitulado Grupo Escolar João Pinheiro, como assinala Araújo no prólogo da obra das autoras Ribeiro e Silva:

Tratar da denominação recebida pelo Grupo Escolar em apreço por *João Pinheiro*, é necessário remontar à origem dos grupos escolares sob o governo do próprio João Pinheiro da Silva, bem como de sua biografia. Nesse sentido, a singularidade do Grupo Escolar de Ituiutaba, começa a ganhar foros estaduais, dada a significação que o então Presidente do Estado de Minas Gerais, João Pinheiro da Silva, representou para a política republicana em Minas Gerais. Ressalte-se que a história local, em termos republicano-educacionais, começa a ser tecida a partir da unidade federativa mineira, ganhando contornos que vão além de uma dimensão localista.¹⁵

Segundo Souza e Faria Filho (2006, p.21) a historiografia sobre os grupos escolares mostra que, embora implantados durante a Primeira República, sua difusão efetiva ocorreu a partir dos anos de 1930. Essa expansão acarretou de muitas maneiras a deterioração das condições de atendimento do ensino primário. Os grupos escolares deixaram de representar o moderno em educação pública e se tornaram precárias escolas primárias. Esse fato levou à crescente evolução do ensino particular laico e confessional em Ituiutaba. Antes da instalação do grupo escolar em 1910 existiram na cidade as Escolas do Professor José de Alencar e do Professor Afonso José, os Colégios Santa Cruz, São Luiz e Santo Antônio, sobre os quais não temos registro.

Após a instalação do grupo escolar, entre os anos 1921 e 1930, foram criados o Colégio das Irmãs Belgas, o Instituto Propedêutico Ituiutaba e a Escola São José, popularmente conhecida como Escola do Laurindo. Nos anos 30 ocorreu a gênese de duas importantes escolas privadas na cidade de Ituiutaba, responsáveis pela expansão urbana e educacional necessária às elites predominantes. A primeira, o Instituto Marden, era uma escola laica e foi instalada em outubro de 1933, conforme o registro de Moraes:

Em outubro de 1933, Dr. Álvaro (Macedo de Andrade) funda o INSTITUTO “MARDEN” (com o curso primário). A secretária, professora e diretora do internato era sua esposa, inseparável colaboradora dona Alaíde Macedo de Andrade. Em 1934 é iniciado o então curso primário, e em 1935 aconteceu o funcionamento do Curso Normal. Em 1937 a Escola Normal é reconhecida pelo decreto 941 de 29/07/1937, e tem-se aí a primeira turma dos concluintes do referido curso. Em 1942 formou-se a primeira turma do curso Ginásial. Em 1951 iniciava-se o funcionamento do Curso Noturno com a denominação de Colégio Comercial “Barão de Mauá”, com os seguintes

¹⁴ RIBEIRO, B.O.L.; SILVA, E.F. *Primórdios da Escola Pública Republicana no Triângulo Mineiro*. Ituiutaba: Egil, 2003. p.31-32.

¹⁵ RIBEIRO, B.O.L. op.cit. p166.

curso: Ginásial, Comercial e Técnico em Contabilidade, sendo a primeira turma concluída em 1953. Este curso muito ajudou, beneficiando todos aqueles que não podiam estudar durante o dia. Em 1950 foi criado o curso Científico, para atender os alunos mardenienses que não queriam estudar fora de Ituiutaba.¹⁶

O Instituto Marden funcionou até o final da década de 1970, quando os herdeiros do Dr. Álvaro Brandão de Andrade decidiram encerrar as suas atividades. A segunda escola a ser instalada na década de 1930 foi o Colégio Santa Teresa, escola confessional, fundado em 1939 e dirigido pelas Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeu que, ao contrário do Instituto Marden que desde a sua instalação admitiu alunos de ambos os sexos, inclusive no internato, funcionava em regime de externato e internato somente para o sexo feminino. Ministrava os cursos primário, ginásial e normal e outros, que visavam à boa formação das moças, como economia doméstica e belas artes. Atualmente a escola mantém o nome de Colégio Santa Teresa acrescido da marca ESI – Ensino Scalabriniano Integrado e do Objetivo, ministrando o Ensino Infantil, Fundamental e Médio.¹⁷

Em 1948 foi instalado o Ginásio São José, importante escola confessional fundada pelo vigário da Paróquia São José, o Pe. João Avi que foi, também, o seu primeiro diretor. Dirigida pelos Padres da Congregação dos Sagrados Estigmas – Estigmatinos, o Colégio São José funcionou até a década de 1980. Na década de 90 o prédio do colégio foi alugado para o Sistema Anglo de Ensino que funcionou até o ano de 2003 passando, a partir de 2004, para o Colégio Nacional que permanece em funcionamento no prédio, ainda, de propriedade da Congregação Estigmatina.¹⁸

O segundo grupo escolar a ser instalado na cidade, ocorreu trinta e sete anos após a criação do “João Pinheiro”. O Grupo Escolar Ildelfonso Mascarenhas da Silva deu início às suas atividades somente em 9 de março de 1947, demonstrando um atraso na evolução histórica da escola pública em Ituiutaba e em relação à democratização da escolaridade para todos. Na década de 1950 foram criadas outras escolas estaduais como o Grupo Escolar Senador Camilo Chaves em 30 de abril de 1955; o Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado em 27 de janeiro de 1956; a Escola Estadual Arthur Junqueira de Almeida em 18 de abril de 1958 e a Escola Estadual Governador Bias Fortes em 27 de novembro de 1959. Na década de 1960 foram criadas a Escola Estadual Coronel João Martins, a Escola Estadual Governador Israel Pinheiro, primeira escola pública de segundo grau a ser instalada na cidade e a Escola Estadual Ituiutaba de 1º e 2º, hoje denominada Escola Estadual Profa. Maria de Barros, criada em dezembro de 1965. No início da década de 1970 duas outras escolas públicas são instaladas na cidade, a Escola Estadual Antônio Souza Martins – Polivalente - e o Grupo Escolar “Rotary”.

¹⁶ MORAES, V.C.O. *Tudo pela Pátria: a história do Instituto “Marden”*. Dissertação de Mestrado. FAGED/UFU, 2004. p.11.

¹⁷ OLIVEIRA, L.H.M.M. *História e Memória Educacional: o papel do Colégio Santa Tereza no processo escolar de Ituiutaba, no Triângulo Mineiro. (1939-1942)*.

¹⁸ REVISTA ACAIACA. Belo Horizonte: Acaiaca, 1953. p.116.

A reflexão histórica das políticas públicas dos tempos ditatoriais reflete no acentuado aumento das escolas privadas em nível superior, sendo que, a reforma universitária de 1968 legitimou a ampliação de escolas superiores isoladas ao invés de ampliar vagas nas universidades públicas. Nesse contexto, em 1968, foram criadas as escolas superiores de Ituiutaba. Por iniciativa de empresários e profissionais liberais, membros da Associação Comercial e Industrial de Ituiutaba, foi criada no dia 27 de setembro de 1968 a Escola de Administração de Ituiutaba – EA EI, obtendo a autorização do governo federal, para o funcionamento do curso de Administração, em 30 de março de 1970 e iniciando as suas atividades em 1º. de abril do mesmo ano. Em 1983 teve o nome alterado para Escola Superior de Ciências Administrativas de Ituiutaba e a partir de 1984, quando obteve autorização para o funcionamento do curso de Ciências Contábeis passou a ser denominada de Escola Superior de Ciências Contábeis e Administrativas de Ituiutaba – ESCCAI. A partir de 2004, com o funcionamento dos cursos de Turismo e Comunicação Social: Publicidade e Propaganda, o nome desta instituição passou a Faculdade Triângulo Mineiro – FTM.¹⁹

Em maio de 1968 foram nomeados pelo governador Magalhães Pinto os membros do conselho curador da Fundação Educacional de Ituiutaba – FEI - que fizeram a opção pela instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituiutaba – FAFI. Em março de 1970 foi realizado o primeiro vestibular para os cursos de Ciências Biológicas, Matemática, Letras, Pedagogia e História e em 20 de maio, do mesmo ano, obteve a autorização para o funcionamento da FAFI, dando início às aulas no dia 25 de maio. No ano de 1972 começou a funcionar em prédio próprio e em 1973 teve autorizada a criação da segunda unidade de Ensino Superior, a Faculdade de Engenharia de Ituiutaba – FENI - com a instalação do curso de Engenharia Elétrica. No mês de junho de 1984 foi autorizado o funcionamento do curso de Agronomia e criada a terceira unidade de ensino, a Faculdade de Ciências Agrárias. Uma mudança na estrutura organizacional da instituição foi colocada em prática, com a fusão das faculdades, dando origem ao Instituto Superior de Ensino e Pesquisa de Ituiutaba – ISEPI – em fevereiro de 1986.²⁰

Com a promulgação da Constituição Mineira em 1989 as comunidades acadêmicas do ISEPI, juntamente com a Fundação Educacional de Ituiutaba, fizeram a opção para integrar a recém criada Universidade do Estado Minas de Minas Gerais. A marca da UEMG possibilitou a criação de novos cursos como Direito, Psicologia, Sistemas de Informação, Engenharia da Computação, Química e outros, mas, os anos se passaram e o processo de estadualização não se concretizou e a FEIT tornou-se primeiramente uma unidade agregada à UEMG, posteriormente um Campus Fundacional e atualmente é uma Unidade Associada àquela Universidade. A instituição continua a depender das mensalidades dos alunos para a sua manutenção, e a Universidade do Estado de Minas Gerais e os seus nove *campi* regionais nunca estiveram, verdadeiramente, na agenda de qualquer dos governadores que estiveram à frente da administração do Estado, desde 1989 quando a Assembléia Legislativa de Minas Gerais sonhou e criou, através da Lei, uma universidade pública e gratuita para o povo de Minas Gerais. Uma parcela considerável da população de Ituiutaba e do Pontal do Triângulo

¹⁹ FURADO, W. A ESCCAI e o futuro regional.. *O Centenário*. Egil, 2001. p.61-66.

²⁰ ANDRADE, S.J. A FEIT/ISEPI na História de Ituiutaba. *O Centenário*. Ituiutaba: Egil, 2001. p.95-102.

Mineiro acreditou e esperou pela estadualização da FEIT, muitos foram os que lutaram por ela e na luta inglória descreram.

Histórico da Criação do *Campus do Pontal* - FACIP

No final do primeiro semestre do ano de 2003 o “Jornal do Pontal”, informativo diário de Ituiutaba, publicou uma matéria sobre providências, que estariam sendo tomadas, em busca da concretização do tão esperado “ensino público e gratuito” na cidade, através de um *campus* avançado da Universidade Federal de Uberlândia. A matéria trazia uma declaração do Deputado Estadual Ricardo Duarte afirmando que ações estavam sendo empreendidas, junto ao Ministério da Educação e à Reitoria da Universidade, com o propósito de que se efetivasse a criação do referido *campus*. Naquele momento, a informação circulou entre um misto de esperança, de descrença e, também, de um total descrédito. Porém, hoje, em meio ao avanço do processo de instalação do *Campus do Pontal*, da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – FACIP, em Ituiutaba, a matéria ganha sentido e credibilidade.

Em reunião do Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia, no dia 27 de fevereiro de 2004, um dado nos mostra que um processo estava em curso: nas suas comunicações o Reitor, Prof. Arquimedes Diógenes Ciloni, disse “que a pedido dos deputados da cidade de Uberlândia e região, deverá ocorrer, no mês de março deste ano, uma reunião do Conselho Universitário e demais membros dos Conselhos Superiores, como convidados, para tratar da questão específica do crescimento da Universidade Federal de Uberlândia, analisando, assim, a proposta da ANDIFES de Expansão e Modernização do Sistema Público Federal de Ensino Superior.” (Ata do CONSUN, item 2.9, L. 122) Havia uma confluência de anseios, projetos e políticas públicas.

A reunião mencionada pelo Reitor ocorreu somente no dia 12 de janeiro de 2005 e foi discutida uma “Proposta de implementação de *campi* avançados da UFU, na região, de acordo com a contrapartida governamental (recursos novos aprovados no P.P.A. – Plano Plurianual)”. (Ata do CONSUN, item 3.2., L. 105) Na ocasião estavam presentes o Deputado Federal Gilmar Machado e o Deputado Estadual Ricardo Duarte, bem como, a Diretora de Ensino da UFU, Profa. Marisa Lomônaco de Paula Naves, na ocasião, “Presidente da Comissão para estudos e apresentar proposições sobre as possibilidades e condições de expansão da oferta de vagas nos cursos de graduação da UFU, criação de novos cursos na UFU, assim como abertura de cursos fora de sede”. Iniciando a discussão desse ponto da pauta, a Professora Marisa apresentou resultados parciais de uma consulta que havia sido feita às Unidades Acadêmicas e que evidenciavam a disposição da UFU para o crescimento, especificamente à criação de cursos fora de sede ou criação de *campus* avançado, desde que garantidas as condições necessárias para a implantação e funcionamento dos cursos. (Ata do CONSUN, L. 123).

O Deputado Gilmar Machado manifestou a satisfação em discutir a expansão do sistema federal de ensino superior, pela primeira vez, possibilidade, esta, dada pelo Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (Ata do CONSUN, L. 130), enfatizando o trabalho do Governo para o aumento dos recursos para a educação em todos os níveis, previstos no Plano

Plurianual, (L. 142) assim como, a recomposição de pessoal com mais de seis mil vagas para docentes e para técnico-administrativos. (L. 145) Falou do estímulo do governo para que as Universidades cresçam também regionalmente e manifestou o “desejo de que a UFU avance na região, em cidades pólos, e que o Governo Federal já previu recursos novos no orçamento de 2005 para Universidades que desejam expandir por meio de *campi* avançados”. (L. 150) Disse, ainda, que a sua presença naquela reunião era para “ênfatisar o interesse de que a UFU cumpra o papel de expansão para atendimento à região do Rio Paranaíba, criando um *campus* na cidade de Ituiutaba, (L. 158) informando sobre o compromisso do Ministro Tarso Genro de liberar recursos para a expansão da UFU e “solicitou autorização do Conselho Universitário para iniciar a experiência na cidade de Ituiutaba”. (L. 161)

O Deputado Ricardo Duarte colocou-se como defensor do ensino público e gratuito de 3º. Grau e que “comparecia à reunião para sensibilizar os Conselheiros da necessidade de atender a situação dos estudantes que desejam fazer curso superior e residem no Pontal do Triângulo Mineiro, que não tem nenhum curso universitário gratuito e possui uma população próxima a um milhão de habitantes”, referindo-se, também à estrutura existente no *campus* da Fundação Educacional de Ituiutaba (FEIT), que poderia abrigar os cursos da UFU. (L. 165)

Seguiu-se um longo debate com diversas ponderações por parte dos Conselheiros e foi proposta uma votação para que a Reitoria constituísse uma comissão para visitar Ituiutaba, para estudar a demanda da cidade pelos cursos da UFU e conhecer o espaço físico já construído e que poderá estar disponível para um futuro *campus* avançado da UFU. O Reitor, Prof. Arquimedes, determinou que junto à comissão já existente se integrassem representantes das Unidades Acadêmicas favoráveis, Conselheiros²¹, representantes da Prefeitura de Ituiutaba e dos Deputados Gilmar Machado e Ricardo Duarte.

Na 4ª. Reunião do Conselho Universitário, ocorrida em 16 de maio de 2005, o Reitor, Prof. Arquimedes, lembrou a deliberação sobre a visita a Ituiutaba informando que a mesma estava prevista para o período entre 10 e 15 de junho, consultando Conselheiros que quisessem integrar o grupo²². (Ata do CONSUN, L. 103) A referida visita foi consumada no dia 27 de junho de 2005, iniciando a agenda com uma reunião, na sede do SESI, com o Prefeito Municipal, os Deputados da região, representantes das entidades de classe, das Instituições de ensino superior e representantes da comunidade. No período da tarde a Comissão da UFU visitou o Campus Universitário para conhecer as instalações da Faculdade Triângulo Mineiro (FTM) e da Fundação Educacional de Ituiutaba (FEIT), quando foi recepcionada por comitivas de alunos e professores de diversas escolas de ensino médio das redes pública e particular.

Nessa ocasião ocorreu uma reunião, no auditório do Bloco C da FEIT, com a comunidade acadêmica desta instituição, quando o Prof. Arquimedes falou aos presentes sobre a satisfação que sentia pela visita à cidade e ao *campus* da FEIT e FTM, dizendo que não queria fazer promessas e nem despertar esperanças vãs quanto à instalação de um *campus*

²¹ “Dispuseram-se os Conselheiros: Gabriel Henrique Jerônimo, Alfredo Júlio Fernandes Neto, Samuel do Carmo Lima e Vilmar Antônio de Faria”. (Ata do CONSUN, l. 189)

²² “Dispuseram-se os Conselheiros Reinaldo C. Andraus, Silvana Guilardi, Humberto Aparecido de Oliveira Guido, Omar de Oliveira Diniz Neto, Marlene Terezinha de Muno Colesanti e Ivando Marques Abreu.” (Ata do CONSUN, l. 110)

avançado da UFU em Ituiutaba, posto que tudo dependeria de um longo e difícil processo. Um próximo passo seria a formação de uma comissão em Ituiutaba, com representantes da Prefeitura, dos deputados Ricardo Duarte e Romel Anísio, das duas instituições de ensino superior, do corpo docente e discente, para se juntar à comissão da UFU, com o objetivo de estudar a viabilidade de implantação do *campus*. Representantes do corpo docente, discente e técnico-administrativo da FEIT entregaram à Comissão um documento manifestando o desejo de que a instituição fosse encampada pela UFU, visto que vinham envolvidos numa luta histórica por ensino público e gratuito. Em seguida o Reitor se retirou passando a presidência dos trabalhos ao Prof. Vitorino Alves da Silva, Pró-Reitor de Planejamento da UFU, que prosseguiu a reunião prestando esclarecimentos aos presentes.

A Portaria R no. 0829, de 21 de julho de 2005, constituiu a referida “Comissão com a finalidade de desenvolver estudos sobre a viabilidade de implantação de *campus* da Universidade Federal de Uberlândia na cidade de Ituiutaba-MG”, nomeando para a presidência da mesma o Prof. Vitorino Alves da Silva.²³ A comissão reuniu-se no dia 22 de julho, na sala de reuniões da Reitoria da UFU²⁴, quando foram discutidas duas propostas em relação ao caminho a ser tomado no processo de estudos para viabilização da implantação do *campus*: A primeira seria a construção de novo *campus*: a Prefeitura de Ituiutaba faria doação de terreno e daria incentivos para o *campus*; os Deputados fariam emendas para recursos; o MEC concederia as vagas para docentes e técnico-administrativos (semelhante a Sorocaba e Unifesp). A segunda seria a de encampar os cursos já existentes, oferecidos pela FEIT e pela FTM, sendo esta a proposta mais importante. Seguiram-se as discussões, com muitas intervenções dos participantes, e ao final decidiu-se criar frentes de trabalho para a redação de

²³ Foram nomeados: Profa. Marisa Lomônaco de Paula Naves, da Pró-Reitoria de Ensino; Profa. Sônia Aparecida Goulart de Oliveira da Faculdade de Engenharia Mecânica; Profa. Beatriz Ribeiro Soares do Instituto de Geografia; Profa. Sandra Morelli do Inst. De Genética e Bioquímica; Prof. Reinaldo Campos Andraus da Faculdade de Gestão e Negócios; Prof. Renan Billa da Pró-Reitoria de Recursos Humanos; Profa. Maria Amélia dos Santos do Inst. De Ciências Agrárias; Prof. Eduardo Nunes Guimarães, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; Prof. Gabriel Humberto Munõs Palafox, Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis; Denise de Lima Duarte, Gabinete do Reitor; Elaine da Silveira Magali, Secretária-Geral; José Humberto Nozella, Procuradoria-geral; Vilmar Antônio de Faria, Divisão de Vigilância; Wilson Akira Shimizu, Prefeitura Universitária; Gabriel Henrique Jerônimo, Diretório Central dos Estudantes; Gilberto Neves, Rep. Do Dep. Federal Gilmar Machado; Prof. Ronald Costa Maciel, Rep. Dep. Estadual Ricardo Duarte; Ivan Abrão. Rep. Dep. Federal Romel Anísio Jorge; Isafas Tadeu Alves de Macedo, Rep. da Prefeitura Municipal de Ituiutaba; Luzia Aparecida de Souza, Rep. Fundação Educacional de Ituiutaba; Prof. Saulo de Moraes Garcia Júnior, Rep. FEIT; Profa. Dalva Maria de Oliveira Silva, Rep. dos Docentes da FEIT; Prof. José Maria Franco de Assis, Rep. Docentes FEIT; Márcio Paulo Rodrigues, Rep. Discentes FEIT; Profa. Helena Tereza Moura Carvalho, Coord. Ensino FEIT; Lindolfo Marques dos Santos, Rep. Faculdade Triângulo Mineiro; Prof. Wilter Furtado, Coord. Curso de Administração FTM; Oleir Borges Ferreira, Rep. Associação Comercial e Industrial de Ituiutaba, mantenedora da FTM; Prof. Sérgio Jerônimo de Andrade, Diretor Instituto Superior de Ensino e Pesquisa de Ituiutaba; Profa. Maria Mirza Cury Diniz, Diretora Instituto Superior de Educação de Ituiutaba.

²⁴ Além do Reitor Prof. Arquimedes, que presidiu a reunião, estiveram presentes: Thiago Jorge Florentino (Presidente Cons. Curador da FEIT); Prof. Elmiro Santos Resende, Vice-Reitor da UFU; Prof. Vitorino Alves da Silva, Presid. da Comissão; Prof. Gabriel H. M. Palafox; Gilberto Neves, José Humberto Nozella, Vilmar A. de Faria; Profa. Marisa Lomônaco P. Naves; Prof. Reinaldo C. Andraus; Elaine da Silveira Magali; Denise de L. Duarte; Prof. Saulo de M. G. Júnior; Ivan Abrão; Prof. José M. F. Assis; Márcio P. Rodrigues; Prof. Sérgio J. Andrade; Profa. Dalva Maria O. Silva; Ana Guaranis; Profa. Maria Mirza C. Diniz; Isafas Tadeu A. Macedo; Luzia Aparecida de Souza; Profa. Sônia Aparecida G. Oliveira; Prof. Renan Billa; Prof. Ronald C. Maciel; Deputado Estadual Ricardo Duarte; Lindolfo M. dos Santos; Oleir B. Ferreira; Eduardo Luiz Ferreira, Diretor Administrativo da FEIT; Eng. Wilson Akira Shimizu.

um projeto que seria apresentado ao MEC no sentido de consultar sobre a viabilidade da proposta de encampação das instituições já existentes. Nessa reunião por sugestão do Prof. Arquimedes, aceita por todos os presentes, definiu-se que o nome do *campus* seria “*Campus do Pontal*”.

Em reunião do Conselho Universitário da UFU, no dia 31 de julho de 2005, (no item 3.2. da pauta) discutiu-se sobre o “*Campus do Pontal*. Foi apresentado Relatório final da Comissão de Expansão de Vagas (Processo 71/2003) quando a Profa. Marisa Lomônaco, presidente da referida comissão (Portaria R. n. 614, 8/7/2003), apresentou como princípios orientadores da Política de Expansão para a UFU, a responsabilidade e referência social; a qualidade do ensino a ser ofertado, a gratuidade e caráter público, recomendando que a expansão deveria estar associada à política de reposição e ampliação dos quadros docente e técnico-administrativo da Instituição; de uma política de saneamento das deficiências identificadas nos Cursos; do aperfeiçoamento dos cursos já existentes; da valorização da dedicação ao ensino, à pesquisa, à extensão e à administração; a uma política de utilização e otimização do uso do espaço e de melhoria das condições de infra-estrutura já disponíveis na Instituição.

Apresentou, ainda, como possibilidades de expansão a ampliação em 10% das vagas dos cursos já existentes; a abertura de cursos em turnos diferentes em que já funcionam; criação de cursos novos e, também, a abertura de cursos fora de sede. Disse, ainda, que através da consulta feita às Unidades Acadêmicas, via questionário, apurou-se que a despeito das dificuldades enumeradas, a Universidade Federal de Uberlândia possui condições favoráveis de expansão de cursos fora de sede. (Ata CONSUN, L. 342) Naquela ocasião, não foram feitas deliberações sobre o exposto, devido à falta de quorum.

O *Campus do Pontal* voltou à pauta na 8ª. Reunião do Conselho Universitário, realizada no dia 08 de outubro de 2005. Ocasão em que o Prof. Arquimedes D. Ciloni informou os Conselheiros sobre a visita à cidade de Ituiutaba; a área do *campus* já instalado, a Comissão formada para estudos sobre a viabilidade da implantação do *campus*, os seus integrantes, bem como, sobre a reunião da mesma para formulação de propostas. O Reitor ainda expôs sobre reunião de trabalho realizada no Ministério da Educação²⁵, onde foi apresentado um cronograma exíguo para a implantação do *campus* no ano de 2006, bem como, as etapas a serem percorridas para a criação de *campi* avançados para Universidades Públicas Federais. (Ata CONSUN, L. 187)

Na seqüência da reunião o Prof. Vitorino A. da Silva, presidente da Comissão, apresentou um relatório detalhado sobre a visita a Ituiutaba. Informou os presentes sobre a entrega ao MEC de uma síntese do projeto de implantação do *campus*, versão não protocolada, pois, tratava-se de uma consulta, e manifestando interesse em participar do Projeto de Expansão do Ensino Superior do MEC. Este projeto já contava com destinação de recursos orçamentários definidos pelo Ministério do Planejamento e pelo Ministério da Fazenda, sob a coordenação do Gabinete da Presidência da República. Entretanto, a UFU não estava contemplada no mesmo.

²⁵ Participaram da reunião no MEC: Prof. Vitorino A. da Silva, Eng. Wilson A. Shimizu e a Profa. Marisa Lomônaco.

Somente a partir da organização dada pelo MEC é que se deveria constituir um projeto oficial, caso a decisão fosse pela criação do “*Campus do Pontal*” mediante encampação da FEIT e da FTM, então, seria elaborado um Projeto Pedagógico com prazo mínimo de quatro anos; constituição dos parceiros (as prefeituras da região, as duas fundações que doariam os seus imóveis sem ônus para a UFU, as emendas ao orçamento feitas pelos Deputados e recursos do MEC); elaboração de um plano de trabalho e das providências para adequação das instalações físicas, equipamentos, despesas gerais de custeio e manutenção. Informou, ainda, que os prazos para realização do Convênio inicial, para os anos de 2006 e 2007, se encerrariam até o início do mês de dezembro de 2005. Após a discussão da proposta os Conselheiros decidiram que fossem apresentados mais detalhes pela Comissão, para que pudessem ser discutidos pelas Unidades Acadêmicas, antes da deliberação pelo Conselho. (Ata CONSUN, L. 211)

No dia 3 de novembro de 2005, a Comissão voltou a se reunir na Sala de Reuniões da Reitoria, com a presença de alguns membros da cidade de Ituiutaba, para discutir os custos do Projeto, que ainda não estava totalmente detalhado, para cumprir o prazo de 30 de novembro. Foram discutidas questões quanto ao número de vagas para docentes; com quais e quantos cursos trabalhar inicialmente; se abarcaria toda a estrutura existente ou desejada. Decidiu-se por apresentar o projeto abarcando toda a estrutura, considerando-se as dificuldades de implementação caso alguns cursos fossem incluídos e outros não. Foram constituídas três frentes de trabalho para viabilizar a conclusão do Projeto.

O Projeto “*Campus do Pontal*” voltou à pauta da 9ª. Reunião do Conselho Universitário, realizada no dia 18 de novembro de 2005, para “Apreciação e deliberação sobre o Projeto *Campus do Pontal*” O Reitor convidou, na maioria membros da Comissão, para apresentarem o esboço do Projeto e, com a aquiescência do Conselho, foram convidados para a sala de reuniões representantes da comunidade de Ituiutaba.²⁶ O Prof. Arquimedes informou que o CONSUN deveria manifestar-se para que o Projeto pudesse ser encaminhado à SEsu/MEC até o dia 30 de novembro de 2005.

Representantes da cidade de Ituiutaba defenderam a luta pela federalização do ensino superior na região e ressaltaram que a estrutura da FEIT, oferecida à UFU, está saneada e preparada para a transição. O Prefeito, Fued Dib, firmou compromisso com o Projeto do *Campus do Pontal* e, em seguida, foram exibidos vídeos com informações sobre a FEIT e a FTM. Ao término da apresentação, o Reitor agradeceu a presença dos convidados e solicitou aos membros da Comissão que apresentassem o Projeto. Depois de muitas discussões e informações sobre as verbas para custeio, o Projeto foi submetido à deliberação do Conselho Universitário e foi aprovado por 27 votos favoráveis, 1 voto contrário e 6 abstenções. (Ata do CONSUN, L. 142)

A última reunião da Comissão de estudos para a implantação do *Campus Pontal* foi realizada no dia 28 de março de 2006. O Prof. Arquimedes informou que havia estado em

²⁶ Estiveram presentes os seguintes representantes de Ituiutaba e membros da Comissão: Gilberto Aparecido Severino, Luzia Aparecida de Souza, Márcio Paulo Rodrigues, Prof. Sérgio Jerônimo de Andrade, Prefeito Fued José Dib, Thiago Jorge Florentino, Isaiás Tadeu A. de Macedo, Prof. Vitorino A. da Silva (Presidente), Marisa Lomônaco (Diretora de Ensino) e Wilson A. Shimizo (Prefeitura Universitária).

Brasília no dia 23 de março, juntamente com o Prof. Vitorino A. da Silva, a Profa. Marisa Lomônaco Naves e o Eng. Wilson Shimizu, em reunião com assessores do Ministro da Educação para dirimir dúvidas sobre o Projeto. Informou à Comissão que decisões deveriam ser tomadas naquela reunião para que se pudesse dar andamento ao processo, que havia sofrido modificações significativas: não se tratava de federalização e nem encampação, como queria a Comissão, e nem mesmo a construção de um novo *campus*.

Tratava-se de um regime de parceria entre a UFU e as Instituições de Ensino Superior de Ituiutaba. Processo que, ao longo dos anos, significaria encampação. Existiam recursos de custeio para implantação de 16 cursos, sendo licenciatura e bacharelado, com extinção dos já existentes. Quarenta (40) vagas para docentes, sendo que, posteriormente, seriam 146 docentes (1 docente para cada 20 alunos). Após intenso debate chegou-se a decisões possíveis, considerando a evidente dificuldade de consenso devido à frustração dos anseios dos representantes de Ituiutaba.

Seriam oferecidos os Cursos integrados de Licenciatura e Bacharelado em: Ciências Biológicas, Física, Geografia, História, Matemática e Química; os Cursos de Bacharelado em Administração e Ciências Contábeis e Licenciatura em Pedagogia. Quanto ao concurso, os representantes dos docentes da FEIT defenderam a abertura de vagas para Mestres, considerando que muitos professores estariam impedidos de prestar o concurso se este fosse aberto somente para doutores. Gilberto Neves, assessor do Deputado Federal Gilmar Machado, afirmou que este havia garantido que a Portaria do MEC não definiria se as vagas seriam para mestres ou doutores. O Reitor, então, afirmou que caberia às Unidades Acadêmicas definirem essa questão, pois as mesmas são autônomas para decidir. Foi solicitado ao Prof. Arquimedes que fizesse um empenho junto às mesmas para que essa reivindicação pudesse ser atendida.

O *Campus* do Pontal voltou a ser citado na 2ª. Reunião do Conselho Universitário, realizada no dia 31 de março de 2006, mediante comunicado do Reitor sobre a publicação da Portaria 75 do MEC, de 30 de março de 2006, que liberou vagas para docentes, para o Projeto de Expansão. Entretanto, o assunto não pôde ser incluído na pauta e uma reunião extraordinária seria convocada para a próxima semana. A referida reunião aconteceu no dia 7 de abril de 2006, quando o Reitor informou que aos Conselheiros que a Comissão presidida pelo Prof. Vitorino Alves da Silva havia finalizado os seus trabalhos, comunicando, também, que a Portaria no. 853 de 6 de abril de 2006, do Ministro de Estado da Educação efetivara o provimento de trinta e duas (32) vagas para a UFU *Campus* do Pontal e que a Comissão, juntamente com os coordenadores de Curso havia proposto a criação de oito cursos de Graduação. (Ata CONSUN, L. 46)

O Prof. Reinaldo Campos Andraus, Relator do “Projeto UFU *Campus* do Pontal”, Processo 63/2005 leu o Parecer favorável à criação do “*Campus* Avançado do Pontal”, com a criação dos cursos propostos pela Comissão. (Ata CONSUN, L. 50) O Prof. Arquimedes D. Ciloni informou os Conselheiros sobre reunião ocorrida, no dia 6 de abril de 2006, com os Coordenadores dos Cursos de Física, Química, Matemática, Ciências Biológicas, Pedagogia, História, Geografia e Administração, que deveriam ser oferecidos inicialmente pela UFU,

Campus do Pontal, e, ainda, que as vagas para docentes deveriam ser preenchidas, por concurso público, até o dia 3 de julho de 2006.

Os professores Vitorino A. da Silva e Marisa Lomônaco esclareceram dúvidas dos Conselheiros e os mesmos solicitaram prazo para discutir, junto às Unidades Acadêmicas, a proposta de curso integrado de Licenciatura e Bacharelado, bem como, sobre o perfil dos docentes e a autonomia do *Campus* Avançado. O Procurador Geral, José Humberto Nozella informou que o *Campus* seria uma Unidade da Universidade Federal de Uberlândia. Diante das discussões os Conselheiros solicitaram alterações no Parecer e o mesmo foi aprovado por aclamação. O nome do *Campus* também foi matéria de discussão, sendo apresentadas sugestões e votada a proposta da denominação: “Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – FACIP” e aprovada por vinte e nove votos favoráveis; um voto contrário e quatro abstenções. (Ata CONSUN, L. 119).

Foi publicada a Resolução no. 04/2006, *Ad Referendo* do Conselho Superior, dando nova redação ao artigo 2º. da Resolução 02/2006, inserindo na proposta inicial de implantação do *Campus* do Pontal, o Curso de Graduação em Ciências Contábeis. O Artigo 2º. da Resolução aprovou a criação dos cursos, já mencionados acima, e determinou o número de vagas. A Resolução entrou em vigor na data de 2 de maio de 2006 e foi ratificada pelo Conselho Universitário na 5ª. Reunião, realizada no dia 30 de junho de 2006. As Unidades Acadêmicas definiram o perfil dos docentes a serem contratados e realizaram os concursos entre o final do mês de maio e mês de junho de 2006.

As posses dos professores concursados ocorreram entre o dia 4 e 22 de setembro de 2006. No dia 4 de setembro às 9 horas, no Salão do Líder Hotel, tomaram posse dezoito professores, em sessão solene, com a presença do Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, que naquela ocasião inaugurou a Sede Administrativa da Universidade Federal de Uberlândia – *Campus* do Pontal, situada na Avenida José João Dib. Naquela ocasião foi anunciada, pelo Prefeito Fued Dib, negociação entre a Prefeitura de Ituiutaba e os empresários Gerson e Maurício Baduy, a doação de terreno de 500000 m², no Bairro Tupã, para a construção do *Campus* do Pontal.

A concretização deste Projeto, sonho alimentado pela maioria, quase absoluta, de famílias que habitam o Pontal do Triângulo Mineiro, é resultado de uma decisão política de um Governo que privilegia a população historicamente excluída dos benefícios gerados pela riqueza desse país; é resultado, também, de uma somatória de forças onde se encontraram a vontade política; o compromisso com a universidade pública, gratuita e de qualidade, a crença na possibilidade de construção de uma sociedade justa e igualitária; em uma universidade que seja a porta de entrada para a concretização dos ideais de igualdade e de justiça social.

ANEXO 2

Normas para Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso

Normas Para Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso

I - CONCEITUAÇÃO E COMPOSIÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deverá ser um trabalho científico, não necessariamente inédito, realizado durante o curso e orientado por um professor da UFU e será apresentado na forma de uma monografia.

Após ter cursado a disciplina Metodologia Científica e Tecnológica, espera-se que o aluno seja capaz de desenvolver o trabalho de pesquisa e a redação da monografia. O TCC será desenvolvido por meio das disciplinas TCC I e TCC II.

II – ORIENTAÇÃO

A orientação será exercida por um professor da UFU escolhido livremente pelo aluno. O trabalho versará sobre uma área temática da engenharia de produção, definida pela Associação Brasileira de Engenharia de Produção-ABEPRO.

III – MUDANÇA DE ORIENTADOR

Poderá haver pedido de mudança de orientador por interesse do docente ou do aluno. No caso do docente decidir desistir da orientação, este deverá comunicar formalmente o fato à coordenação do curso e ao aluno, explicitando os motivos.

Caso o aluno decida mudar de orientador, deverá comunicar formalmente ao orientador, explicitando os motivos da decisão. Uma cópia do documento, datada e assinada pelo orientador, comprovando que o mesmo tomou conhecimento da decisão do aluno, deverá ser entregue na coordenação do curso.

IV – ATRIBUIÇÕES DO ORIENTADOR

No âmbito do TCC I, são consideradas atribuições do orientador:

- Propiciar um processo de reflexão geral do que seja um projeto, sua estrutura e as normas técnicas associadas;
- Auxiliar o discente na elaboração do projeto de pesquisa;
- Orientar e acompanhar a execução do projeto;

Quanto ao TCC II, são consideradas atribuições do orientador:

- Orientar e acompanhar a execução do projeto elaborado no TCC I;
- Constituir bancas e programar, juntamente com todos os envolvidos, a avaliação da monografia do aluno;

V – ATRIBUIÇÕES DO ALUNO

No contexto geral dos trabalhos a serem desenvolvidos no TCC, serão consideradas atribuições do aluno:

- Elaborar e entregar projeto de trabalho ao professor da disciplina TCC I;
- Manter contato contínuo com o professor do TCC, segundo uma dinâmica estruturada coletivamente por ambos, visando o bom desenvolvimento das atividades previstas;
- Elaborar e entregar a monografia, em três vias encadernadas, ao professor da disciplina TCC II;

VI – REDAÇÃO FINAL DA MONOGRAFIA

Para uma maior clareza, precisão e objetividade na descrição do trabalho de pesquisa, a redação da monografia do Trabalho de Conclusão de Curso deverá apresentar:

1. Resumo da pesquisa realizada;
2. Introdução: problematização e contextualização do objeto de pesquisa;
3. Descrição do modelo e/ou metodologia experimental;
4. Resultados e sua análise;
5. Conclusões;
6. Referências bibliográficas.

VII - AVALIAÇÃO

A avaliação do aluno do TCC I será realizada pelo respectivo professor da disciplina.

O aluno do TCC II será avaliado por uma banca examinadora constituída de três membros-professores, sendo um membro o seu orientador e dois outros professores da UFU por este indicados. Cada membro da banca atribuirá uma nota de zero a cem à monografia do aluno, sendo a nota final a média aritmética das notas da banca.

VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos serão resolvidos pelo colegiado do Curso de Engenharia de Produção.

ANEXO 3

**Normas do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de
Engenharia de Produção**

NORMAS DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO DO CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

1) Objetivos

O estágio curricular obrigatório tem o objetivo de proporcionar ao estudante a vivência de situações similares as que ele encontrará como Engenheiro de Produção no mercado de trabalho depois de formado, além de propiciar um aprimoramento de conhecimentos específicos relacionados à Engenharia de Produção.

2) Estágio curricular obrigatório e não obrigatório

O estágio obrigatório possui as seguintes características:

- É o estágio obrigatório necessário para obtenção do título bacharel em Engenharia de Produção;
- Para realização deste estágio o estudante deve se matricular na disciplina “Estágio Curricular Obrigatório”;
- O pré-requisito para matricular-se na disciplina é ter cumprido, no mínimo, 70% dos créditos totais do curso;
- O tempo mínimo estágio obrigatório é de 180 horas de horas e não deve ultrapassar 2 anos em um único local.
- Caso um estágio não obrigatório tenha seu início após o cumprimento do pré-requisito, o aluno tem a possibilidade de pedir convalidação de créditos para a disciplina “Estágio Curricular Obrigatório” desde que apresente as fichas de avaliação e relatório de estágio. A convalidação deverá ser analisada pelo coordenador de estágio, o supervisor de estágio e o colegiado do curso.
- Atividades de extensão e de iniciação científica por no mínimo 1 ano, devidamente justificado mediante apresentação de atestado do orientador e de relatório técnico-científico, poderá ser convalidado como crédito da disciplina “Estágio Curricular Obrigatório”, desde que aprovado pelo coordenador de estágio e pelo colegiado do curso.
- É permitido ao estudante realizar o estágio obrigatório em mais de um local para complementação do número de horas exigidos, sendo necessário apresentar um relatório para cada estágio realizado.

O estágio não obrigatório é aquele realizado necessariamente após o 2º período, desde que não entre em conflito com as demais atividades de graduação. Este período de estágio não obrigatório, caso seja realizado antes do estudante cumprir 70% dos créditos totais do curso, não poderá ser computado como crédito para o estágio obrigatório. No estágio não obrigatório não é necessário realizar relatório de estágio ou fichas de avaliação, salvo nos casos de pedido de convalidação para o estágio obrigatório.

Tanto estágios obrigatórios como não obrigatórios somente serão permitidos quando autorizados pela assinatura dos Termos de Compromisso de Estágio, devidamente amparados por convênios firmados entre a UFU e a(o) concedente. Os estágios, obrigatórios ou não, não

podem ocasionar prejuízo ao desenvolvimento das outras atividades acadêmicas previstas para a integralização curricular no respectivo período. É expressamente proibido o abono de faltas por motivo de estágio. Os estágios obrigatórios e não obrigatórios podem ser tanto do tipo interno como externo.

3) Estágio Curricular Obrigatório

A disciplina “Estágio Curricular Obrigatório” deverá respeitar uma estrutura composta pelo Coordenador de Estágio, o Supervisor de Estágio, o Concedente de Estágio, o Orientador de Estágio e o Estagiário. Esta estrutura é apresentada na figura 1 e discutida a seguir.

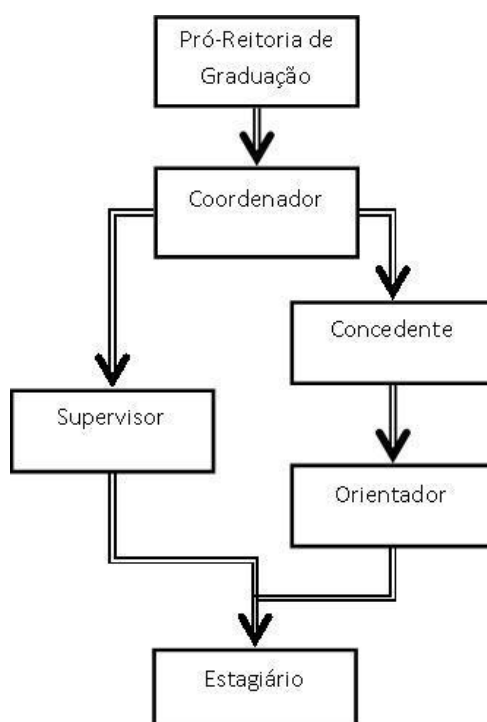


Fig. 1: Estrutura da disciplina “Estágio Curricular Obrigatório”.

3.1 Coordenação do Estágio

Entende-se por coordenação a instância responsável pela viabilização e pelo desenvolvimento das atividades de estágio, de acordo com a política da Universidade.

Compete ao Coordenador de Estágio:

- Elaborar e avaliar permanentemente as Normas de Estágio Curricular Obrigatório do Curso, podendo sugerir alterações do mesmo ao colegiado;
- Coordenar o planejamento, o cumprimento do cronograma e a avaliação das atividades referentes ao estágio, conjuntamente com os professores supervisores e os estagiários;
- Promover reuniões sistemáticas com os supervisores de estágio, para discussões de questões relativas ao desenvolvimento do estágio;

- Participar do colegiado de curso, a fim de articular e definir políticas de desenvolvimento, acompanhamento e avaliação do estágio junto ao curso;
- Oferecer subsídios para realimentação do curso e da concedente, a partir de estudos e análise do desenvolvimento e repercussão do estágio;
- Entrar em contato com as concedentes de estágio para análise das condições do campo e informações quanto à celebração do instrumento jurídico;
- Encaminhar listagem de alunos estagiários com o respectivo local à Pró-Reitoria de Graduação, ou órgão por ela indicado, para celebração do instrumento jurídico;
- Criar mecanismos operacionais que facilitem a condução de estágios com segurança e aproveitamento, mantendo atualizado um sistema de documentação e cadastramento
- Assegurar que o estágio do estudante não prejudique as outras atividades acadêmicas do período, podendo interromper o estágio unilateralmente neste caso.

3.2 Supervisão de Estágio

Entende-se por supervisão a orientação e o acompanhamento obrigatório das diferentes atividades de estágio, visando a favorecer o alcance dos objetivos.

Compete ao Supervisor de Estágio:

- Orientar os estagiários no planejamento das atividades de estágio;
- Orientar o estagiário em aspectos técnicos e éticos da profissão, através de realimentações contínuas, proporcionando-lhes gradativa independência;
- Orientar os relatórios de estágio elaborados pelo estudante;
- Avaliar o desempenho do estagiário, através das fichas de avaliação preenchidas pelo Orientador de Estágio;
- Auxiliar o estagiário na elaboração do Plano de Estágio
- Avaliar o cumprimento dos objetivos do estágio estabelecido no Plano de Estágio
- Encaminhar à Coordenação do estágio as sugestões, dificuldades e constatações referentes ao curso, ao campo e à Instituição e indicadas nos relatórios;
- Promover a interação campo de estágio/aluno/curso;

3.3 Orientação de Estágio

Entende-se por orientação do estágio o acompanhamento da execução de atividades específicas por profissional do campo. Este profissional deverá ter formação superior e possuir aquiescência do campo para o desempenho dessa função.

Compete ao Orientador de Estágio:

- Possibilitar condições para a atuação do estagiário no local;

- Orientar o aluno na elaboração de sua proposta de estágio;
- Orientar o desempenho do estagiário conforme sua proposta de estágio;
- Discutir com o supervisor de estágio a atuação do estagiário;
- Encaminhar ao supervisor de estágio as Ficha de avaliação devidamente preenchidas.

3.4 Estagiário

Entende-se por estagiário o estudante que, matriculado e freqüentando regularmente o curso, esteja autorizado a efetuar a sua matrícula no “Estágio Curricular Obrigatório” correspondente.

Atribuições do Estagiário:

- Apresentar-se ao campo com encaminhamento, por escrito, do coordenador do estágio;
- Assinar o Termo de Compromisso;
- Cumprir a programação do estágio e comunicar ao supervisor, em tempo hábil, as alterações que surgirem;
- Elaborar e executar seu Plano de Estágio junto com o supervisor e/ou orientador;
- Observar as normas internas da entidade conveniada, conduzindo-se dentro da ética profissional e atendendo ao acompanhamento e avaliação de seu desempenho e aproveitamento;
- Participar das atividades acadêmicas e/ou do campo programadas para o estágio.
- Redigir o relatório de estágio.

3.4.1 Plano de Estágio

Até 15 dias após o início do estágio, o estagiário, com o auxílio do Orientador e do Supervisor de Estágio deverá elaborar um plano de estágio que será avaliado pelo Coordenador. Este plano de estágio deverá conter os Objetivos, a Justificativa e a Área de atuação do Estagiário dentro do campo. O plano de estágio deve indicar e justificar claramente em qual ou quais das áreas e subáreas de atuação de Engenharia de Produção definidas pela ABEPRO o Estagiário deverá atuar.

4) Legislação e regulamentação

Os direitos e deveres do estagiário e da concedente são amparados pela Lei de Estágio No 11.788 de 25 de setembro de 2008, e regulamentados pelo capítulo VII pela resolução No 02/2008 do Conselho de Graduação da UFU.

Ressalta-se que os discentes só poderão realizar seus estágios quando autorizados pela assinatura dos Termos de Compromisso de Estágio, devidamente amparados por convênios firmados entre a UFU e a(o) concedente.

5) Finalização do Estágio

Ao finalizar o período de estágio, as seguintes medidas deverão ser tomadas:

- Declaração da empresa, contendo carga horária e período do estágio.
- Ficha de Avaliação fornecida pelo curso de Engenharia de Produção/FACIP preenchida e assinada pelo supervisor de estágio.
- Ficha de Avaliação preenchida pelo Orientador e pelo Supervisor do Estagiário.
- Relatório de estágio redigido pelo estagiário dentro das normas estabelecidas pelo colegiado do curso.

ANEXO 4

Normas para Atividades Complementares

Normas das Atividades Complementares Acadêmico-Científico-Culturais

Artigo 1º - As atividades acadêmico-científicas complementares constituem o conjunto de atividades desenvolvidas pelo estudante com a finalidade básica de promover a sua formação mais geral.

Artigo 2º – O estudante deverá cumprir um mínimo de 100 horas de participação em atividades acadêmico-científicas complementares.

Parágrafo único - as atividades a que refere o caput são, inicialmente, as seguintes, com as devidas cargas horárias máximas estabelecidas na pontuação da tabela abaixo:

Atividade	Pontuação máxima
Projeto e/ou atividade de ensino (PIBEG, cursinho alternativo, etc.)	60
Projeto de pesquisa (PIBIC, estágio voluntário extracurricular)	60
Projeto de extensão (organização de eventos, de cursos, de palestras, etc.)	60
Apresentação de trabalho em evento científico-cultural local	60
Apresentação de trabalho em evento científico-cultural nacional	60
Apresentação de trabalho em evento científico-cultural internacional	60
Participação em evento científico-cultural local	50
Participação em evento científico-cultural nacional	50
Participação em evento científico-cultural internacional	50
Grupo de estudos de temas específicos	50
Visita técnica orientada a centros científicos/culturais de excelência	50
Monitoria em disciplina ministrada na UFU	50
Representação estudantil	40
Disciplina facultativa na UFU	60
Atividade acadêmica à distância	60
Prêmio recebido	80
Publicação de artigo científico em revistas indexadas	80
Publicação de artigo científico em revistas não-indexadas	60
Atuação voluntária em programas de difusão da Ciência	50
Participação em Seminário de Defesa de TCC	20
Participação em Atividades Especiais de Ensino, Pesquisa e Extensão	40

Artigo 3º – A participação em projeto e/ou atividade de ensino, projeto de pesquisa e projeto de extensão será pontuada por ano de participação.

Artigo 4º – A pontuação relacionada à apresentação de trabalhos será feita por trabalho apresentado por evento, sendo a pontuação dividida equitativamente entre os estudantes autores do trabalho. Essa pontuação será de 40 h por trabalho apresentado em evento local, 50 h em evento nacional, e 75 h em evento internacional.

Artigo 5º – A pontuação pela participação em eventos científico-culturais será feita por evento e não pela participação em diferentes atividades num mesmo evento.

Artigo 6º – A pontuação pela participação em grupo de estudos será feita por cada semestre de efetiva participação.

Artigo 7º – A pontuação pela participação em visitas técnicas será de 25 h por visita.

Artigo 8º - A pontuação por monitoria corresponderá ao equivalente em horas-aula reservada à monitoria

Artigo 9º - A pontuação por representação estudantil será de 25 h por semestre.

Artigo 10º - A pontuação pela aprovação em disciplina facultativa será feita por hora-aula da disciplina cursada.

Artigo 11º - A pontuação pela participação em atividade acadêmica à distância, na qualidade de tutor, monitor, estagiário, bolsista, ou qualquer outra forma de colaboração na oferta da atividade, será de 50 h por atividade semestral.

Artigo 12º - A participação por prêmio recebido será correspondente à 150 h por prêmio.

Artigo 13º - A pontuação relacionada à publicação de trabalhos será de 150 h por trabalho publicado em revistas indexadas, e de 50 h em revistas não-indexadas.

Artigo 14º - A pontuação por participação voluntária em programas relacionados à difusão da ciência será de 25 h semestrais por programa.

Artigo 15º - A pontuação por participação em seminário de defesa de TCC será de 10 h por participação;

Artigo 16º - A participação em Atividades Especiais de Ensino, Pesquisa e Extensão será de 40 h semestrais por trabalho.

Artigo 17º - As pontuações referentes ao Artigo 3º (Participação em Projetos), Artigo 5º (Participação em Eventos Científico-Culturais), Art. 6º (Grupos de Estudo), Artigo 7º (Visitas Técnicas), Art. 11º (Atividades Acadêmicas à Distância), Art. 14º (Difusão da Ciência), Art. 16º (Atividades Especiais), também podem ser contabilizadas proporcionalmente ao período de participação do estudante na atividade, ou conforme critério estabelecido pelo Colegiado de Curso conforme as características da atividade (local da realização, número de horas, importância para a formação do aluno, etc.).

Artigo 18º - O Colegiado de Curso terá autonomia para pontuar e validar qualquer atividade não mencionada acima.

Artigo 19º – A contabilização da carga horária em cada atividade será feita mediante apresentação de documento comprobatório de participação, emitido pelo professor responsável pela atividade, ou pelo órgão legalmente responsável, desde que essa atividade ainda não tenha sido contabilizada.